

ANO 10 - NÚMERO 132 - OUTUBRO 2025

xapuri

SOCIOAMBIENTAL

Distribuição: 15 out a 14 nov/25



LEONARDO BOFF: UM BALANÇO ÉTICO GLOBAL PARA A COP 30

p. 08

CARTA DA TERRA - 25 ANOS

A Carta da Terra e as lutas da Amazônia: 25 anos de resistência e reexistência
p. 24

A Carta da Terra e a sobrevivência humana no planeta
p. 30

A Carta da Terra para um futuro possível
p. 38

Quando a coragem fala mais alto, a história muda de direção!

Em **1985**, bancárias e bancários da Caixa mostraram que a força de um movimento pode transformar realidades. A **Greve das 6h** conquistou mais do que a redução da jornada de trabalho, conquistou respeito, reconhecimento e a certeza de que nenhum direito é dado, todos são conquistados!

Quarenta anos depois, essa vitória continua viva. Cada rosto, cada lágrima, cada grito que ecoou merece ser celebrado com a mesma força e coragem de quem lutou por condições melhores para todas e todos.

Que a memória dessa luta inspire novas jornadas, fortaleça nossa união e nos lembre que o presente e futuro se constrói com coragem, resistência e força.

Acesse e saiba mais:



/fenaefederacao



@fenaefederacao



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao



www.fenae.org.br



Aponte a câmera
do seu celular para
o QR Code e
conheça a Fenae.

GREVE DAS 6H 40 ANOS



FENAE



APCEF



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – “nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante” (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da *Xapuri* lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer*. Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, “porque toda revista tem que ter número zero”.

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, “de grátis”. Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. “O mais sabido de nós”, segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a *Xapuri* 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agoniado com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da *Xapuri*, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da *Xapuri* 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitinho.



Arthur Wentz Silva
Estagiário



Emir Bocchino
Diagramador



Igor Strochit
Diagramador



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Lúcia Resende
Revisora



Maria Leticia Marques
Redatora

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786/0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



LEONARDO BOFF: UM BALANÇO ÉTICO GLOBAL PARA A COP 30

A Presidência da COP 30 e o Círculo do Balanço Ético Global, junto com o Movimento Global da Carta da Terra, fizeram um convite aberto a todas as pessoas interessadas, para contribuírem para o Balanço Ético Global (BEG).

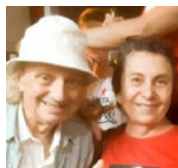
Leonardo Boff, membro da Carta da Terra Internacional, colaborador da *Revista Xapuri* desde suas primeiras edições e uma das vozes mundiais mais veementes não somente nos alertas, mas principalmente na busca de alternativas para salvar o planeta Terra, propôs-se responder às questões formuladas pela Presidência da COP 30.

“Vejo na Carta da Terra e na encíclica do Papa Francisco, *Como cuidar da Casa Comum*, fontes inspiradoras para uma Ética Global, face ao nosso conturbado tempo”, escreveu Leonardo como preâmbulo das respostas às questões postas, publicadas nesta nossa edição de outubro, a última antes da COP 30, a ser realizada em Belém do Pará, entre os dias 10 e 21 de novembro deste ano (2025).

Também nesta edição, você encontrará uma série de matérias sobre os 25 anos da Carta da Terra, escritas por amigos, amigas, companheiros e companheiras de Leonardo Boff e das pessoas que conduzem hoje, no Brasil, os diálogos e reflexões sobre o documento.

Oxalá as reflexões de Leonardo Boff e das pessoas que colaboram com esta edição 132 da *Revista Xapuri* nos ajudem a encontrar nossas próprias respostas para as questões que angustiam nossas existências e ameaçam a vida neste nosso combalido planeta Terra, nossa única morada no Universo.

Boa leitura. Bom proveito!



Zezé Weiss – Jornalista
Editora da *Revista Xapuri*

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

COLABORADORES/AS - OUTUBRO

Adilson Vieira – Sociólogo. **Alice Gabino** – Advogada. **Altair Sales Barbosa** – Arqueólogo. **Ana Laise** – Ambientalista. **Antenor Pinheiro** – Geógrafo. **Arthur Wentz e Silva** – Estudante. **Artur de Souza Moret** – Físico. **Clarice Lispector** – Escritora (*in memoriam*). **Eduardo Galeano** – Escritor (*in memoriam*). **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Emir Bocchino** – Designer. **Emir Sader** – Sociólogo. **Enrico di Gregorio** – Arqueólogo. **Fábio Pontes** – Jornalista. **Gustavo Guerreiro** – Jornalista. **Helena Falkenberg** – Estudante. **Igor Stochit** – Designer. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **José Bessa Freire** – Escritor. **José Reginaldo Inácio** – Sindicalista. **Leonardo Boff** – Ecoteólogo. **Liszt Vieira** – Defensor Público. **Lúcia Resende** – Professora. **Luisa Zetterström** – Estudante. **Maria Leticia Marques** – Ambientalista. **Pedro Ivo Batista** – Ambientalista. **Pedro Tierra** – Poeta. **Rosana Gonçalves da Silva** – Professora. **Rose Marie Inojosa** – Ambientalista. **Sila Mesquita Apurinã** – Ambientalista. **Vera Margarida Lessa Catalão** – Professora. **Zezé Weiss** – Jornalista.

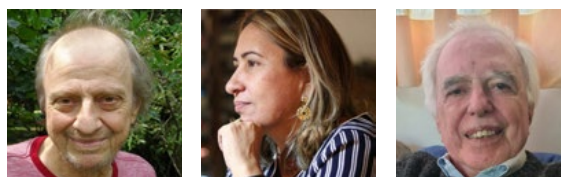
CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha - Professor Universitário. **Adrielle Saldanha** - Geógrafa. **Ailton Krenak** - Escritor. **Altair Sales Barbosa** - Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** - Jornalista. **Andrea Matos** - Sindicalista. **Angela Mendes** - Ambientalista. **Antenor Pinheiro** - Jornalista. **Binho Marques** - Professor. **Cleiton Silva** - Sindicalista. **Dulce Maria Pereira** - Professora. **Edel Moraes** - Ambientalista. **Eduardo Meirelles** - Jornalista. **Elson Martins** - Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader** - Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** - Advogado. **Graça Fleury** - Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** - Poeta. **Iêda Leal** - Educadora. **Jacy Afonso** - Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** - Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** - Escritor. **Júlia Feitoza Dias** - Historiadora. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô)** - Jornalista. **Lucélia Santos** - Atriz. **Lúcia Resende** - Revisora. **Marcos Jorge Dias** - Escritor. **Maria Félix Fontele** - Jornalista. **Maria Maia** - Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima** - Jornalista. **Trajano Jardim** - Jornalista. **Zezé Weiss** - Jornalista.



IN MEMORIAM:

Jaime Sautchuk - Jornalista. **Iêda Vilas-Bôas** - Escritora. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto** - Diplomata.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana - Sindicalista. **Eduardo Pereira** - Produtor Cultural. **Iolanda Rocha** - Professora. **Janaina Faustino** - Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** - Eng. Agro. PhD.



Xapuri 132

SOCIOAMBIENTAL

OUT 25

08 **CAPA**
Leonardo Boff: um balanço ético global para a COP 30

18 **LITERATURA**
A constelação do meio-dia

15 **FOTOGRAFIA**
Dor e Simbolismo

19 **ECOLOGIA**
Sem milho não há país

16 **AMAZÔNIA**
Formiga-infernal que existiu no Nordeste Brasileiro é a mais antiga do mundo

22 **AMAZÔNIA**
Extinção à vista

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

24 **CARTA DA TERRA – 25 ANOS**
A Carta da Terra e as lutas da Amazônia: 25 anos de resistência e reexistência

25 **CERRADO**
Caatingas e Cerrados

26 **DEMOCRACIA**
Miss Amnésia, a UEG e os avanços da Pátria

30 **CARTA DA TERRA – 25 ANOS**
A Carta da Terra e a sobrevivência humana no planeta

33 **CARTA DA TERRA – 25 ANOS**
Alternativa Terrazul e Teia da Carta da Terra juntas na construção da Carta da Terra

38 **CARTA DA TERRA – 25 ANOS**
A Carta da Terra para um futuro possível

40 **CARTA DA TERRA – 25 ANOS**
Cartas da Terra das juventudes

42 **RESISTÊNCIA**
A invencível Flotilha de Dragões do Mar

45 **POLÍTICA**
Os esperneios de uma direita derrotada

46 **CARTA DA TERRA – 25 ANOS**
A Carta da Terra e a Transformação Ecológica: esta é a hora de utilizar princípios éticos para termos um futuro (saudável)

49 **UNIVERSO FEMININO**
Sou um o quê?

LEONARDO BOFF:

UM BALANÇO ÉTICO GLOBAL PARA A COP 30

Leonardo Boff

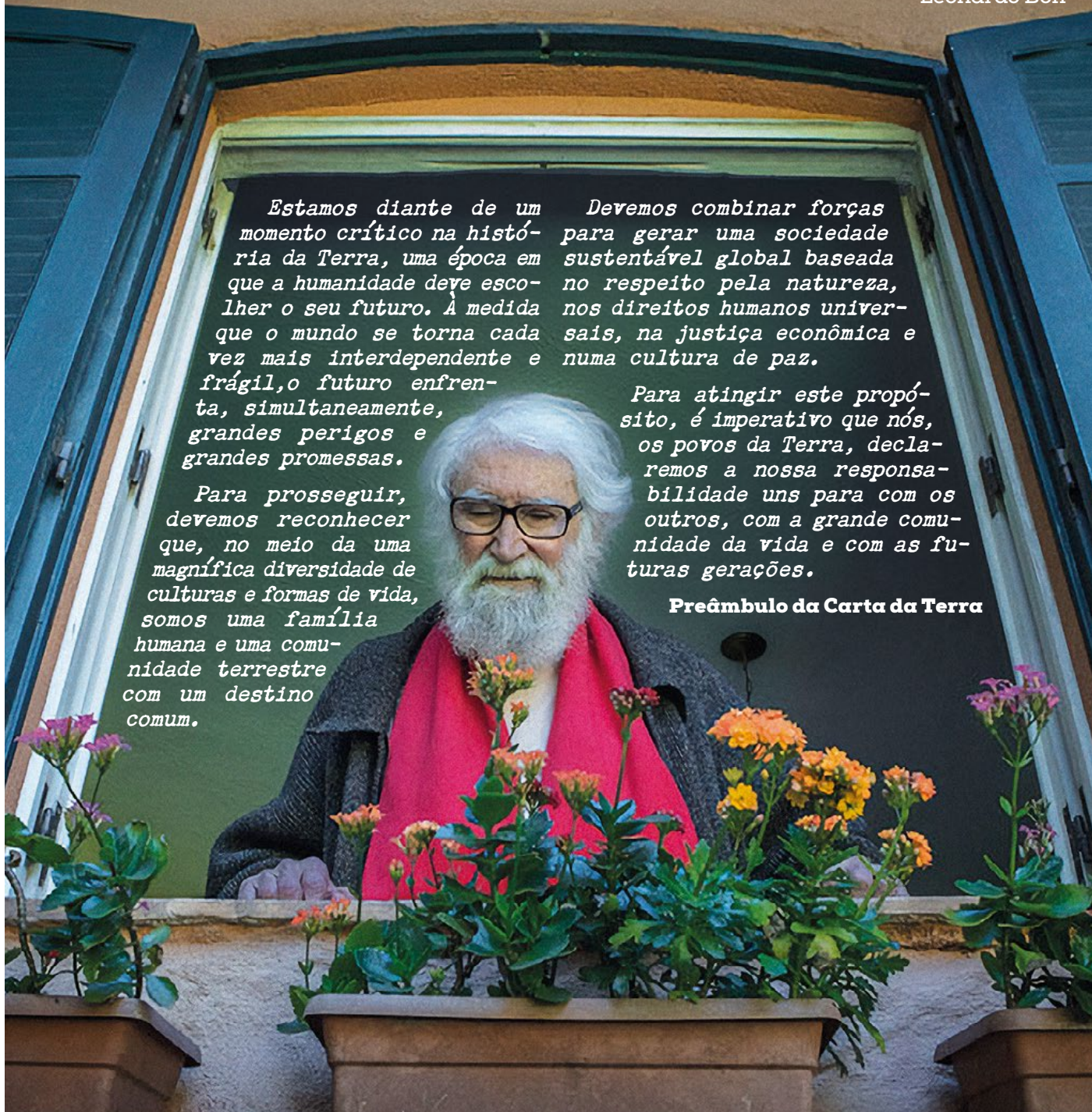
Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, uma época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, simultaneamente, grandes perigos e grandes promessas.

Para prosseguir, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum.

Devemos combinar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz.

Para atingir este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos a nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações.

Preâmbulo da Carta da Terra



A Presidência da COP 30 e o Círculo do Balanço Ético Global, junto com o Movimento Global da Carta da Terra, fizeram um convite aberto a todas as pessoas interessadas para contribuírem para o Balanço Ético Global (BEG).

Como membro da Carta da Terra Internacional, me proponho responder às questões formuladas pela Presidência da COP 30.

Vejo na Carta da Terra e na encíclica do Papa Francisco, *Como cuidar da Casa Comum*, fontes inspiradoras para uma Ética Global face ao nosso conturbado tempo. A seguir, as perguntas, com as minhas respostas.

Pergunta: Por que tantas vezes negamos ou ignoramos o que a ciência e os saberes tradicionais dizem sobre a crise climática, e compartilhamos desinformação ou compactuamos com ela, mesmo sabendo que vidas estão em risco?

Resposta: A desinformação é voluntária. Muitos chefes de estados ricos e CEOs de grandes corporações sabem dos riscos, pois estão presentes e são inegáveis fatores como o aquecimento global, as enchentes destrutivas de cidades inteiras, as fogueiras imensas na Califórnia, no Amazonas, na Espanha e ainda a presença de vários vírus, em particular do Coronavírus, que atingiu a humanidade inteira.

Negam esses dados claros porque são antissistêmicos. O sistema do capital, hoje mundializado, mais e mais se concentra (1% contra 99%). Tomar a sério esses dados obrigaria o capital a mudar de lógica, cuidar da natureza em vez de superexplorá-la, cultivar uma justiça social e uma justiça ecológica.

Não basta descarbonizar, e manter a voracidade de acumulação. Como diz a Carta da Terra: "Adotar padrões de produção e consumo que protejam as capacidades regenerativas da Terra,



Foto: Divulgação/

os direitos humanos e o bem-estar comunitário" (CT, II,7).

Este sistema inumano e sem qualquer solidariedade jamais vai renunciar a suas vantagens e privilégios. A se seguir a lógica do capital, iremos ao encontro, cedo ou tarde, de uma grande tragédia ecológico-social que poderá afetar a biosfera e, no limite, a sobrevivência dos seres humanos sobre este planeta que, limitado, não suporta um projeto de crescimento/desenvolvimento ilimitado.

Pergunta: Por que continuamos com modelos de produção e consumo que prejudicam os mais vulneráveis e não estão alinhados à Missão 1.5 °C?

Resposta: Não é do interesse do sistema dominante de produção, que superexplora a natureza e os/as trabalhadores/as, pois isso implicaria mudar de paradigma de acumulação para um

paradigma de sustentação de toda a vida humana e da natureza (CT, I.).

Os representantes desse sistema colocam o lucro acima da vida, a violência contra a natureza e os seres humanos e a competição acima da paz e da colaboração de todos com todos.

Não conhecem o fato cientificamente comprovado do "espírito de parentesco com toda a vida" (CT, Preâmbulo). Esse sistema impede a justiça social e econômica e "erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental" (CT, III, 9). Nega o seu lugar no conjunto dos seres, pois todos são importantes para compor o Todo.

O sistema de acumulação, seja capitalista ou de outra denominação, é contra a lógica da natureza e do processo de cosmogênese, pois "deve-se tratar todos os seres com respeito e consideração" (CT, III,15), coisa que ele não faz.



Foto: VamosComBoulosSonia/ Flickr/ Divulgação

Aqui reside seu vazio ético.

Pergunta: O que podemos fazer para garantir que os países ricos, grandes produtores e consumidores de combustíveis fósseis, acelerem suas transições e contribuam com o financiamento dessas medidas nos países mais vulneráveis?

Resposta: Devemos alimentar indignação contra esse sistema que tantas vítimas faz. Devemos ter a coragem de fazer todo tipo de pressão contra esse sistema que mata e nos propomos modificá-lo.

Usar os movimentos que “cuidam da comunidade de vida com compreensão, compaixão e amor”

(CT, I, 2) e pressionar os estados e as corporações. Saber usar as legislações existentes que protegem o meio ambiente e limitam a concentração de riqueza.

Tudo isso se conseguiu graças à pressão vinda de baixo. Mas não basta a indignação e a pressão. Devemos começar com algo novo e alternativo. O caminho mais direto e com bons resultados é viver e fomentar o biorregionalismo.

Dar valor à região e ao território. Não aquele estabelecido com limites feitos arbitrariamente pelos estados ou pelos municípios. Deve-se assumir a região como a natureza a desenhou, com suas florestas, seus rios, suas montanhas, enfim, sua natureza com a população que lá vive.

Ela possui sua cultura singular, suas festas, suas personalidades notáveis que aí existiram: “trata-se proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos que sustentam a vida” (CT, II, 5).

Pode-se realizar um modo de produção com os bens e serviços naturais locais, sem precisar grandes fábricas, nem fazer grandes transportes. Tirar da natureza o que se precisa e respeitar os ritmos dela e dar-lhe tempo para se recuperar (CT, todo o número II: Integridade ecológica).

É possível e viável “construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas e paci-

ficas" (CT, I,3), diminuindo fortemente a pobreza e até superá-la. O centro é a comunidade humana e de vida e tudo o mais a serviço deste centro.

O resultado é alcançar um modo sustentável de vida como afirma a Carta da Terra (§ O caminho adiante) e com seu desenvolvimento sustentável, adequado àquela região. Hoje no mundo há inúmeras regiões que vivem este projeto com grande integração de todos.

A Terra inteira poderia ser como um tapete de biorregiões que se relacionam entre si e se entrelaçam, e assim salvam a sustentabilidade de todo o planeta Terra.

Pergunta: Que tradições, histórias ou práticas (culturais, espirituais) da sua comunidade nos ensinam a viver em maior equilíbrio com a natureza?

Resposta: Muitas cidades re-arborizam as ruas e praças com plantas nativas.

Outras fazem campanhas para arborizar espaços degradados, ou limpar os rios dos dejetos, especialmente plásticos e outros, assegurar a mata ciliar de todos os rios e riachos, incentivar a agricultura agroecológica no campo

e o cultivo de hortaliças e outros produtos naturais nos espaços de terra entre os prédios ou nas coberturas.

Ainda estabelecer uma relação amigável entre os consumidores da cidade e os produtores do campo. Visitam-se mutuamente e trocam os saberes. Então se cria uma verdadeira democracia de produção e consumo.

Pergunta: Considerando que precisamos garantir a diversidade no coletivo, como podemos mobilizar mais pessoas, lideranças, corporações, empresas e nações para apoiar mudanças justas e éticas no combate à crise climática? Que ideias e valores poderiam nos inspirar nessa missão?





Foto: Agência Gov. | Via MCTI

Resposta: Em primeiro lugar, cabe repassar todo tipo de informação sobre o estado da Terra e as ameaças que pesam sobre ela a ponto de pôr em risco a biosfera e a existência do ser humano. É importante fornecer os dados sobre a Sobrecarga da Terra, vale dizer, quanto de solo e de mar precisamos para garantir a subsistência da humanidade.

Verificou-se que a Terra entrou no cheque especial.

No ano 2024, nos primeiros sete meses do ano, consumimos todos os bens e serviços renováveis da Terra que garantem a vida.

Precisamos, no atual momento, de quase duas Terras para atender o consumo humano, especialmente aquele suntuoso dos países ricos, em detrimento de grande parte da humani-

dade que não possui alimentos suficientes e padece de falta de água potável e de infraestrutura sanitária (CT, III,10).

Lançamos, só no ano de 2024, 40 bilhões de toneladas de CO² na atmosfera, que lá ficam por cem anos, acrescidos de 20 bilhões de toneladas de metano, que é 28 vezes mais danoso que o CO², embora fique na atmosfera por uns 10 anos. Toda essa poluição produz um efeito estufa que aquece mais e mais o planeta.

Agora ela ultrapassou a medida suportável de 1,5 °C. Neste ano de 2025, está com 1,7 °C, acima do que era postulado pelo Acordo de Paris em 2015, que visava chegar a este nível somente até o ano de 2030. O calor foi antecipado e teve graves consequências para a vida humana, com

temperaturas acima de 40-45 °C nos países europeus e grande frio no Sul do mundo.

A ciência chegou atrasada e não pode reter esse aquecimento nem o retroceder, só advertir sobre sua chegada e mitigar os efeitos danosos.

Quando a Terra irá estabilizar seu novo nível climático? Se for por volta de 38-40 °C, muitas vidas não conseguirão adaptar-se e desaparecerão, seja na natureza, seja na humanidade. Sequer nos referimos a uma eventual guerra nuclear com "a destruição mútua assegurada", que poria um fim à vida humana.

Ou outro tipo de guerra utilizando a Inteligência Artificial Geral pela qual uma potência pode imobilizar a outra de tal forma que nada mais pode funcionar,

energia, carros, aviões, foguetes, meios de comunicação, a ponto de colocar de joelhos a outra nação.

Essa guerra não é impossível. Não destrói nada, mas subjugua toda uma nação ou toda a humanidade, um despotismo cibernético que controlaria tudo, até a vida privada. A IA autônoma pode decidir que não lhe é mais conveniente a espécie humana e resolver exterminar a vida na Terra.

Todo esse cenário sombrio nos leva a postular um novo paradigma, sugerido pela Carta da Terra e pelas duas encíclicas do Papa Francisco: a *Laudato Si: sobre o cuidado da Casa Comum* (2015) e a *Fratelli tutti* (2020). Assim se diz claramente na Carta da Terra:

“Estamos num momento crítico na história da Terra, numa época

em que a humanidade deve escolher o seu futuro... A escolha nossa é: ou formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a destruição da diversidade da vida” (2003, Preâmbulo).

Ou do Papa Francisco: “Estamos todos no mesmo barco: ninguém se salva sozinho, ou nos salvamos todos, ou todos pereceremos” (*Fratelli tutti*, n. 34). A Carta da Terra postula respeito e cuidado por tudo que existe e vive e pela responsabilidade universal (I,1).

O Papa aponta a passagem do *dominus* – o paradigma da modernidade e prevalente no mundo –, o ser humano como dono e senhor da natureza sem se sentir parte dela, para o *frater*, o ser hu-

mano irmão e irmã com todos os seres. Pois todos vieram do mesmo pó da Terra; todos possuem o mesmo código biológico de base (os 20 aminoácidos e as 4 bases nitrogenadas); o ser humano se sente parte da natureza, não seu dono e senhor, sendo sua missão cuidar e guardar do Jardim do Éden (a Terra).

A fraternidade universal deve ser, principalmente, “entre todos os seres humanos, formando a grande comunidade humana e terrenal” (*Fratelli tutti*, n.6). Este seria o paradigma novo. O centro seria a vida em toda a sua diversidade. A economia, a política e a cultura a serviço da vida.

Importa enfatizar que uma ética do cuidado, da responsabilidade geral e da fraternidade/soro-



Foto: Divulgação/



ridade universal não se garante por si mesma sem a espiritualidade natural. Ela não deriva diretamente da religião, mesmo que possa reforçá-la, mas da própria natureza humana.

Essa espiritualidade natural é parte da natureza humana como são a inteligência, a vontade e a sensibilidade. Ela se revela pelo amor incondicional, pela solidariedade, pela empatia, pela compaixão e pelo cuidado e reverência face à totalidade da natureza e do universo e ao Criador de todas as coisas.

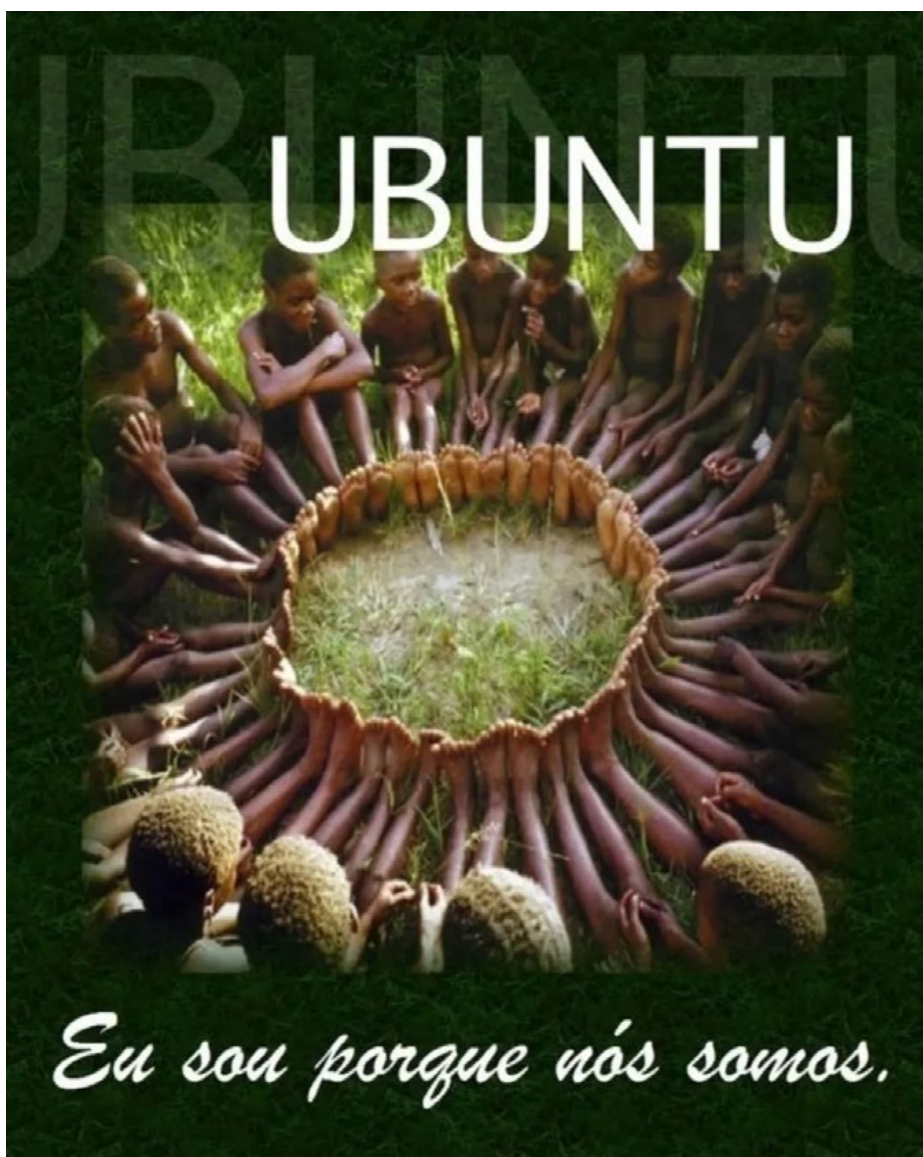
É a vivência da espiritualidade natural com seus valores que sustentam comportamentos éticos, necessários para a salvaguarda da vida na Terra. Só este novo paradigma poderá garantir o futuro da vida em geral, da vida humana e de sua civilização.

Caso contrário, poderemos engrossar o cortejo daqueles que caminham na direção de sua comum sepultura. Mas como diz a Carta da Terra: “Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados e juntos poderemos forjar soluções includentes” (CT, Preâmbulo).

Por aqui passa a solução de nossa crise planetária. Por isso prevalece a esperança de que o ser humano pode mudar de rumo e inaugurar uma nova etapa da aventura humana sobre o planeta Terra.



Leonardo Boff – Teólogo. Filósofo. Escritor. Membro da Carta da Terra Internacional. Além de dezenas de livros escritos, publica sua vasta produção de artigos em: <https://leonardoboff.org/>.



DOR E SIMBOLISMO

Antenor Pinheiro, especial de Luanda, Angola

Às margens tranquilas da baía de Luanda, ornado pelo mítico e ressecado imbondeiro, o Museu Nacional da Escravatura ergue-se como um sussurro da memória. O prédio branco, que já abençoou corpos pretos antes de embarcarem em navios de dor, hoje guarda correntes, algemas, chicotes, documentos e silêncios carregados de simbolismo. Na cimeira da escadaria, o museu é escoltado à entrada pelo imponente pavilhão nacional a evocar em cores potentes o sangue das lutas da independência (vermelho), as riquezas do solo (amarelo) e a identidade racial do povo (preto) a guarnecer a engrenagem e o machete amarelos que traduzem a orientação socialista que marcou a independência do país em 1975. Trata-se da réplica da foice e martelo soviéticos a representar os trabalhadores rurais e urbanos do país.

Quem ali chega não apenas vislumbra objetos. Pela sensibilidade exalada das paredes e piso, necessariamente respira-se um passado que ainda reverbera no presente. O mar, visto pelos janelões de madeira que um dia levaram pessoas para longe, agora traz de volta reflexões. Parece que cada onda criada pelos ventos quentes do lugar lembra os nomes não escritos da história.

O museu é ambiente e memória entrelaçados. O horizonte azul da baía contrasta com a brutalidade exposta nas paredes e mobiliário, lembrando que a exploração de pessoas e a exploração da terra partilharam a mesma lógica de violência. Vivenciar esse espaço é também proteger o território que testemunhou a partida, transformando-o em lugar permanente de reflexão, ensino e aprendizagem.

Assim, o Museu Nacional da Escravatura não fala apenas



Foto: Antenor Pinheiro

da dor de ontem. Ele simboliza e sussurra ao futuro. Cuida da memória do mundo, da paisagem e da dignidade humana.



Antenor Pinheiro –
Geógrafo. Membro do
Conselho Editorial da
Revista Xapuri.



FORMIGA-INFERNAL QUE EXISTIU NO NORDESTE BRASILEIRO É A MAIS ANTIGA DO MUNDO

Enrico di Gregorio



Fóssil da formação Crato: corpo inteiro preservado - Anderson Lepeço/USP



Grandes dinossauros e répteis voadores não eram os únicos perigos da Terra 100 milhões de anos atrás. Rente ao chão dessa paisagem ancestral andavam formigas com cerca de 1,5 centímetro (cm).

Elas tinham asas, mandíbulas afiadas com formato de foice e um ferrão, e podiam ser um verdadeiro incômodo. A aparência hostil desses insetos, classificados na subfamília *Haidomyrmecinae*, rendeu a eles o apelido de formiga-infernal.

Um artigo publicado em maio na revista científica *Current Biology* revelou que a espécie mais antiga desse grupo já extinto, nomeada *Vulcanidris cratensis*, viveu há 113 milhões de anos nas terras do atual município do Araripe, Ceará, no Nordeste do Brasil. O fóssil foi identificado como parte da formação Crato, uma unidade geológica que fica na divisa de três estados: Ceará, Pernambuco e Piauí.

A presença das formigas no Brasil mostra que a distribuição desses insetos era muito maior do que se pensava. Nessa época, os continentes estavam divididos em dois grandes blocos chamados Laurásia, que englobava o atual hemisfério Norte, e Gondwana, que juntava as atuais América do Sul, África, Índia, Austrália e Antártida.

"Todas as espécies encontradas antes estavam na Laurásia. Agora sabemos que elas estavam tanto no hemisfério Norte quanto no Sul", conta a entomóloga Gabriela Procópio Camacho, do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZ-USP).

"A descoberta dessa nova espécie no Ceará, com cerca de 110 milhões de anos, indica se tratar da formiga mais antiga conhecida até hoje, de um grupo considerado bem primitivo, o que fortalece a ideia de que a América do Sul teve um papel central no início da história evolutiva das formigas e pode ter sido um dos lugares onde elas começaram a se diversificar".

A descoberta foi fruto do acaso. "O fóssil foi doado junto a outros por uma família que tinha uma coleção

particular. Quando começamos a fazer a curadoria, vimos esse inseto que não se parecia com nenhum outro que conhecíamos no Brasil", conta Camacho.

O primeiro autor do artigo, Anderson Lepeco, biólogo em treinamento técnico no MZ-USP, com bolsa da Fapesp, lembrou dos fósseis de formiga-infernal de Mianmar. Os pesquisadores decidiram, então, fazer um exame tomográfico no novo achado para estudar o corpo do inseto em 3D e confirmar a identificação.

O excelente estado de preservação do fóssil e a anatomia particular desses insetos ancestrais facilitaram o trabalho. "As formigas-infernais tinham mandíbulas verticais, usadas para morder de baixo para cima. É completamente diferente das formigas de hoje, que se alimentam com movimentos horizontais", detalha Camacho.

Essas foices minúsculas eram usadas para carregar alimentos vegetais, como seiva de árvores, e capturar outros insetos. Uma das formigas ancestrais de Mianmar, descrita por pesquisadores dos Estados Unidos e da França, em artigo publicado em 2020 na *Current Biology*, foi fossilizada em âmbar com as mandíbulas fincadas em outro inseto.

O artigo escrito pelos brasileiros conclui que a raridade de exemplares desse grupo no Crato, onde a única espécie encontrada é *V. cratensis*, é um indicativo de que as formigas-infernais não eram um predador dominante naquele ambiente. Isso permite, segundo ele, retomar alguns estudos. Em 1989, o zoólogo Carlos Roberto Brandão, do MZ-USP, deu o nome de *Caridridis bipetiolata* para uma espécie de formiga do Crato.

"O problema é que o fóssil estava em uma coleção particular à qual os pesquisadores perderam acesso e a descrição de Brandão foi baseada em um desenho e uma fotografia do fóssil, e não em uma tomografia 3D, como a de *V. cratensis*", conta Camacho. "Alguns

pesquisadores classificaram o fóssil como uma vespa e a identidade acabou contestada".

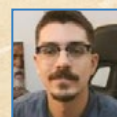
O fóssil brasileiro se diferencia dos asiáticos porque é o único em rocha, e não em âmbar. "Isso é uma característica muito particular da formação Crato, conhecida pela preservação excepcional tanto de grandes animais quanto de insetos e outros artrópodes", conta Osés.

Nessa formação, há dois tipos de calcário onde é possível encontrar fósseis. Em um deles, escuro pela abundância de matéria orgânica no passado, a preservação dos animais era mais precária. O outro, de cor bege, era rico em um mineral chamado pirita, que, quando oxidado, forma hidróxidos de ferro (ver Pesquisa FAPESP nº 283).

São alguns desses minerais que substituíram os tecidos de vários dos organismos do passado no Crato e preservaram suas estruturas. No caso dos insetos, mais delicados e difíceis de preservar, a fossilização é mais rara do que nos vertebrados, mas, quando ocorre, pode preservar o corpo inteiro dos artrópodes, incluindo os tecidos moles.

Estudar essas formas de vida é essencial para entender melhor os ambientes ancestrais. "As formigas de hoje são grandes engenheiras de ecossistemas", conta Camacho.

"Elas tornam o solo mais poroso, facilitando a entrada de água e favorecendo a fertilidade". Também transportam sementes e controlam a quantidade de pragas ou plantas invasoras que fazem parte da sua dieta. "Podemos considerar que, no passado, elas também desempenharam um papel importante", sugere.



Enrico di Gregorio – Arqueólogo e Jornalista. Matéria publicada originalmente na Revista Fapesp

<https://revistapesquisa.fapesp.br/formiga-infernal-que-existiu-no-nordeste-brasileiro-e-a-mais-antiga-do-mundo/>

EMERGIU O MAR

Pedro Tierra



Emergiu o mar que sonhei.

Um mar espantado
que lava com seu sal
o asfalto deserto das nossas aflições.

Desatou este setembro,
uma primavera pública,
irreprimível,
nutrida por canções antigas,

talvez eternas,
grávidas de memória,
grávidas de futuro.

Uma primavera que nos bombardeia
com a explosão
dos ipês, das acácias, sapucaias
e os olhos iluminados dos delirantes
que fomos, um dia...

Canções compostas num tempo sombrio
– um passado que se recusa a ser passado –
contra a ferocidade do ódio
que ora nos persegue, ora se anuncia.

Irrompeu um rio subterrâneo de canções
como espelhos d'água recônditos,
protegidos pela sombra da memória,
onde guardamos esse rosto moreno,
meio terra, meio sonho
que ao mundo demonstramos.

Canções que não nos abandonam:
nutrem acordes impossíveis
impressos nas cordas roucas da geração
que sustenta dentro de nós
essa vontade invencível de viver e de amar.

E nos devolve numa manhã de domingo,
o sutil veneno da esperança.

Brasília, primavera de 2025.



Pedro Tierra – Poeta. Conselheiro da Revista Xapuri. Militante da resistência à ditadura de ontem e ao neofascismo contemporâneo. A imagem é de Pedro Tierra urdindo memórias às margens do rio Tocantins, feita por Zezé Weiss, em outubro de 2024, na manhã da cerimônia de lançamento das cinzas de Athos Pereira nas águas do “rio-mar”, em frente à casa da família Pereira da Silva, em Porto Nacional, no estado do Tocantins.

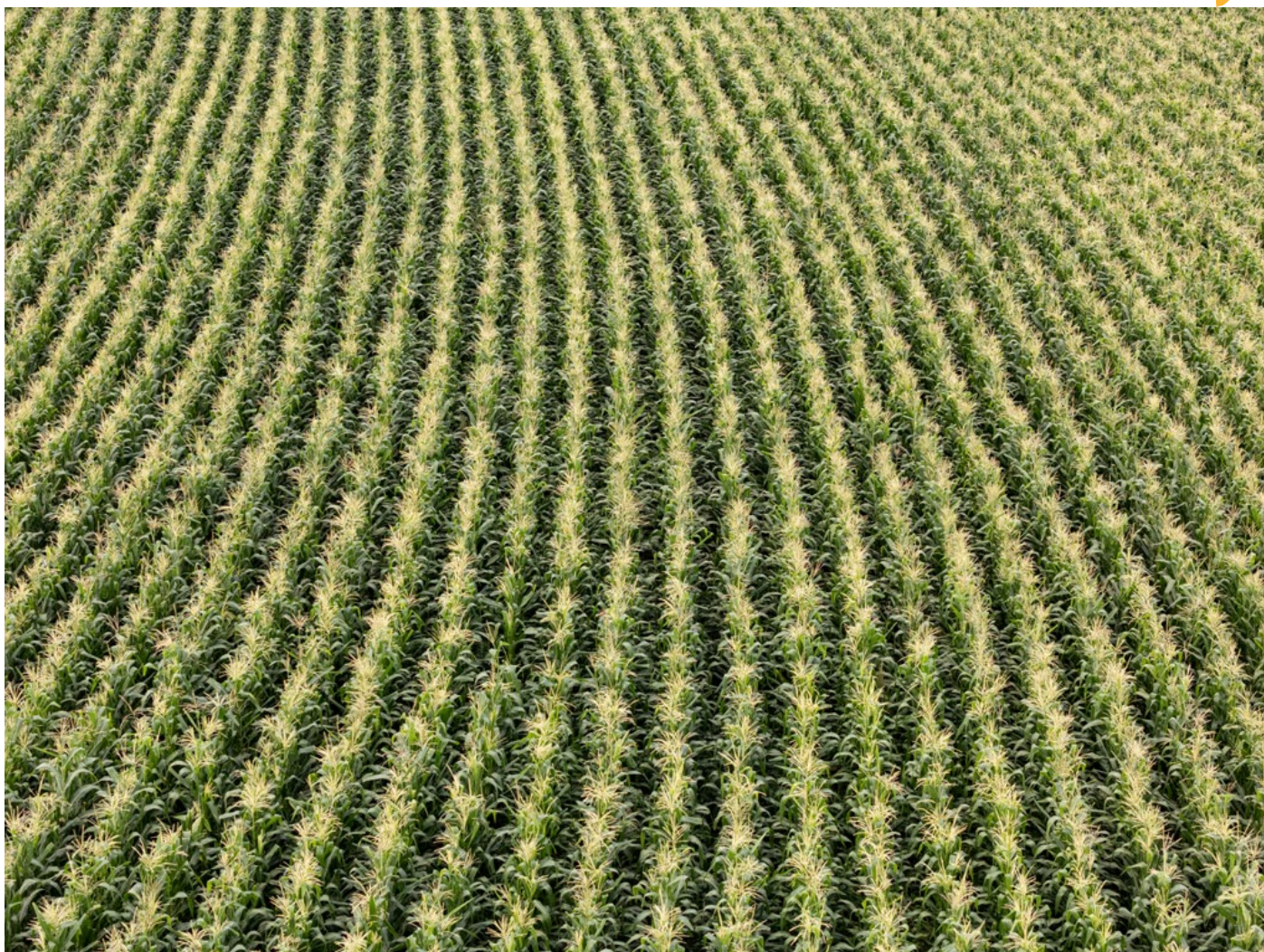


Foto: Divulgação/

SEM MILHO NÃO HÁ PAÍS

— Eduardo Galeano

No ano de 2009, o governo do México autorizou o plantio, experimental e limitado, do milho transgênico.

Um clamor de protesto se ergueu dos campos. Ninguém ignorava que os ventos se ocupariam de propagar a invasão, até que o milho transgênico se transformasse em fatalidade do destino.

Alimentadas pelo milho, tinham crescido muitas das primeiras al-

deias na América: o milho era gente, gente era milho, e o milho tinha, como as pessoas, todas as cores e sabores.

Poderão os filhos do milho, os que fazem o milho que os fez, resistir ao ataque da indústria química, que impõe no mundo sua venenosa ditadura? Ou terminaremos aceitando, em toda a América, esta mercadoria que diz que

se chama milho, mas tem uma cor só e não tem sabor nem memória?



Eduardo Galeano (1940 – 2015) – Escritor revolucionário, em *Os Filhos dos Dias*. Editora L&PM, 2ª edição, 2012.

A CARTA DA TERRA

E O COMBATE AO RACISMO NO MUNDO

Alice Gabino



Foto: © UNEP / Divulgação



A Carta da Terra completa 25 anos, ela nasceu com o objetivo de conduzir a sociedade do século XXI para caminhos globais de justiça social, garantia e defesa intransigente dos direitos humanos e fundamentais, erradicação das desigualdades, combate à extrema pobreza, promoção da sustentabilidade humana, ambiental e da pacificação global.

Temos vivenciado o avanço crescente do racismo com formas multifacetadas, que impõem ao mundo um grande desafio para combater suas raízes na sociedade e seus efeitos maléficos na humanidade.

De forma transversal, encontramos na Carta da Terra caminhos que devemos percorrer para o enfrentamento desta mazela da humanidade que é o racismo, uma vez que gera exclusão, desigualdade e violência, enraizado na crença equivocada da superioridade racial e marcado por um legado histórico de dominação e sofrimento, manifestando-se em diferentes níveis da sociedade e, infelizmente, de forma globalizada.

Dos 16 eixos que a Carta da Terra aponta, é importante destacar a erradicação da pobreza como um imperativo ético, social e ambiental que devemos encarar como um dos elementos principais para combatermos os efeitos do racismo ambiental, que assola há milhares de anos os mais vulneráveis, quando quem governa exerce a escolha da segregação, da ausência de acesso a políticas públicas e garantia de direitos a essa parcela da população que constitui sempre as maiores massas populacionais de um território.

Sendo essas populações diretamente afetadas pelo racismo ambiental, por pertencerem a grupos étnico-raciais vulnerabilizados e a outros grupos discriminados, que são forçados a viver em áreas de risco ambiental, sofrendo mais intensamente as consequências da degradação ambiental, da poluição e das consequências das mudanças climáticas.

Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar energético e espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, é também uma forma de mitigar os efeitos do racismo estrutural que, aliado ao racismo ambiental, contribui para a fome, a miséria humana, o desemprego, a violência, a injustiça social e tantas outras questões que fazem a comunidade global ser injusta, desumana e insustentável.

O sistema maléfico do apartheid é utilizado há anos para oprimir os vulneráveis e matar os diferentes, com sua base no racismo. Foi assim na África do Sul, está sendo assim no conflito de Gaza e é assim no Brasil, quando temos nossa sociedade utilizando-se do apartheid social para segregar por raça e classe os vulneráveis, por meio da desigualdade social e racial que resulta em um sistema de separação espacial e de oportunidades como em condomínios fechados.

Nesse sentido, a implementação dos princípios da Carta da Terra, bem como dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que mais de 193 países se comprometeram a adotar, diminuiriam significativamente ou até mesmo, em uma meta ousada, erradicariam o racismo e as disparidades socioeconômi-

cas que atingem grupos raciais minoritários em desvantagem no acesso à educação, emprego e remuneração justa; bem como trataria com equidade as questões que causam condições de vida precárias e discriminação no acesso a políticas sociais; combatendo a violência e criminalização desta densa camada da sociedade que é majoritariamente composta pela população negra.

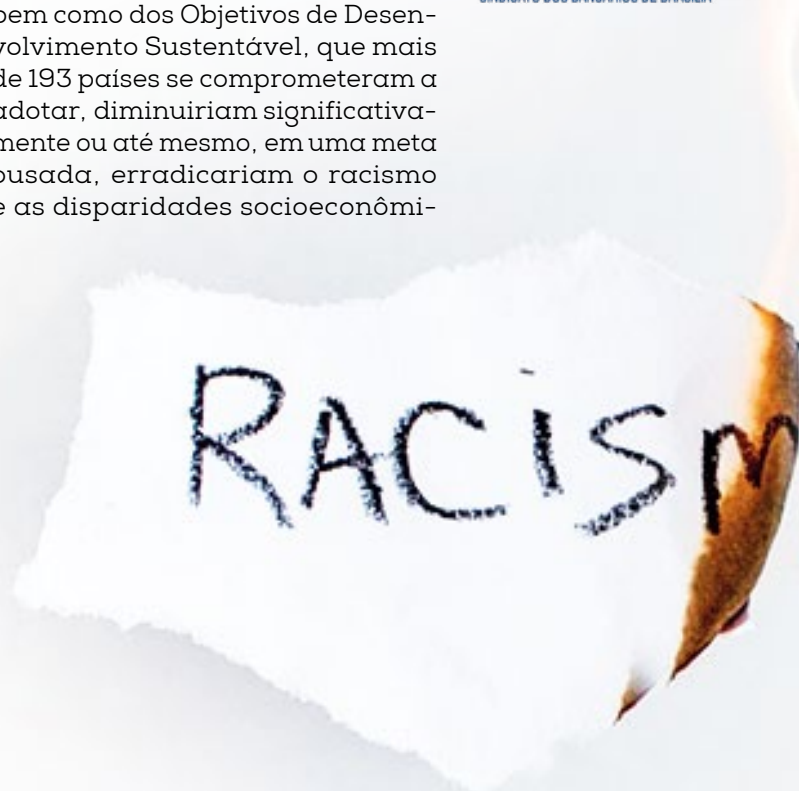
Sem dúvidas, estamos num ponto de não retorno, onde combater firmemente o racismo e suas consequências na sociedade é uma questão urgente e garantidora da vida das presentes e futuras gerações, entendendo que em qualquer parte do mundo o racismo é crime, oprime e mata!



Alice Gabino – Advogada e Coordenadora do Movimento Amazônia na Rua (Pernambuco).



BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA



EXTINÇÃO À VISTA

— Fábio Pontes dos Varadouros de Rio Branco



Foto: Alexandre Noronha/Varadouro

Passados mais de sessenta anos desde o reconhecimento do Acre como uma unidade da federação brasileira – e da consolidação de seu processo de “bovinização” – o estado está muito próximo de alcançar o chamado ponto de não retorno. Ou seja, o limite da área desmatada da Amazônia na qual a floresta perde a sua capacidade de regeneração – levando-nos a viver num ambiente semelhante ao semiárido, com chuvas cada vez mais escassas e elevadas temperaturas.

Até o ano de 2024, o Acre já teve desmatados 17% de toda a sua cobertura florestal. Segundo os estudos científicos, o ponto de não-retorno acontece quando o desmatamento alcança o percentual de 20% de toda a cobertura florestal do território, o

que acelera o processo de “desertificação” da floresta tropical. Em resumo, caso o Acre mantenha o seu atual ritmo de devastação do bioma amazônico, em pouco tempo alcançaremos o ponto de não-retorno.

Caso isso aconteça, as condições ambientais podem tornar o estado um território inabitável. A produção de alimentos por meio da agricultura e da pecuária será a atividade mais comprometida. Se hoje muitas comunidades enfrentam o problema da escassez de água nos meses mais críticos do verão, podemos alcançar o colapso completo num futuro não muito distante.

Quando se analisa os dados por município, o cenário é ainda mais crítico. Alguns deles já ultrapassaram o teto do ponto de não-retorno

já há algum tempo, incluindo a capital. Até o ano de 2024, a área de Floresta Amazônica devastada dentro dos limites de Rio Branco chegou a 38,5%; ao longo das últimas seis décadas, já perdemos mais de 340 mil hectares de nossa cobertura florestal.

Entre os 22 municípios acreanos, o cenário mais crítico está em Plácido de Castro, onde o desmatamento já atingiu quase 80% de seu território. Dos 194 mil hectares que compõem os limites de Plácido de Castro, 154 mil já deixaram de ser florestas. Em segundo lugar está Senador Guiomard, com 76% de perda de cobertura florestal, seguido por Acrelândia (74%).

Os dados indicam que os municípios campeões nas taxas de floresta transformada em pasto estão na re-

gião leste, no Alto e Baixo Acre, o que inclui ainda Capixaba, Bujari, Porto Acre e Epitaciolândia.

Não por acaso, essa é a região do estado consolidada pelo processo de “bovinização”, iniciado a partir da década de 1960. Além da pecuária extensiva, a partir de 2018, o Vale do Acre passou a ser ocupado pela monocultura da soja. Os municípios líderes em taxas de desmatamento estão no cinturão da chamada Zona Amacro – composta por Amazonas, Acre e Rondônia –, a nova fronteira de expansão do agronegócio ao Sul da Amazônia Ocidental.

No primeiro trimestre de 2025, o estado registrou uma área de 17 km² de floresta desmatada. Em igual período do ano passado foram 6 km². Já quando se analisa o chamado calendário do desmatamento (de agosto a março), o incremento de floresta derrubada em território acreano foi de 38% quando se compara os dois últimos anos.

“O que ocorre é que essa perda de cobertura florestal no Acre vem se dando sem critérios. A gente não sabe exatamente como e onde está sendo desmatado.

A gente começa a se aproximar de um ponto onde a floresta não vai mais conseguir prestar os serviços ambientais, o que gera mais eventos extremos, problemas com relação à temperatura, ao ciclo de chuvas, perda de biodiversidade e problemas de abastecimento de água. E

tudo isso é intensificado até chegar o momento em que nós não teremos mais uma floresta”, afirmou ao *Varadouro*, o pesquisador Eufnan Amaral, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no Acre, ex-chefe-geral do órgão.

Para Amaral, “o tempo não nos dá mais tempo”. Ele defende a urgência de uma estratégia que una a conservação das florestas em pé com a implementação de sistemas agroflorestais produtivos e medicinais.

“Com esse ritmo de desmatamento, a gente vai, progressivamente, empobrecendo a floresta remanescente. E sem a floresta, os serviços ambientais, que são fundamentais, como o sequestro de carbono, polinização, filtragem da água, regulação climática, não mais serão fornecidos pela floresta. Com isso, o clima que hoje já mudou, tende a mudar mais drasticamente. É esse o futuro que nos aguarda”, afirma o pesquisador Eufnan Amaral, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no Acre, ex-chefe-geral do órgão.

Em seu Relatório Anual de Desmatamento (RAD 2024), o Mapbiomas aponta redução na área de floresta devastada na maior parte dos estados da Amazônia Legal, exceto Acre. Por aqui, houve aumento de 30% de floresta derrubada ao longo do ano passado. Apesar disso, a região conhecida como Amacro – composta por Amazonas, Acre e Rondônia – re-

gistrou queda no desmatamento pelo segundo ano consecutivo; diminuição de 13% na comparação com 2023.

O aumento do desmatamento no Acre vem acompanhado da intensificação dos eventos climáticos extremos ao longo dos últimos anos. Secas severas e alagações extremas passaram a ser recorrentes na região. Ondas de calor também impactam a vida da população com temperaturas elevadas.

A temperatura média anual na tríplice fronteira pan-amazônica aumentou 1,8 graus Celsius entre 1990 e 2024. Na prática, a população acreana é afetada com dias muito mais quentes e secos do que no passado. Essa elevação dos termômetros aconteceu em paralelo com o aumento do desmatamento da Floresta Amazônica.

Quando se analisam os modelos meteorológicos para as próximas décadas, a situação é ainda mais assustadora. “Em 34 anos nós tivemos um aumento de temperatura de 1,8 graus. Dentro de uma ou duas décadas, portanto em menos de 30 anos, está previsto para este aumento ser de três graus. Este foi o modelo mais ou menos conservador que identificamos”, afirma o ecólogo Irving Foster Brown, da Ufac.



Fábio Pontes – Jornalista, em <https://ovaradouro.com.br/extincao-a-vista/>

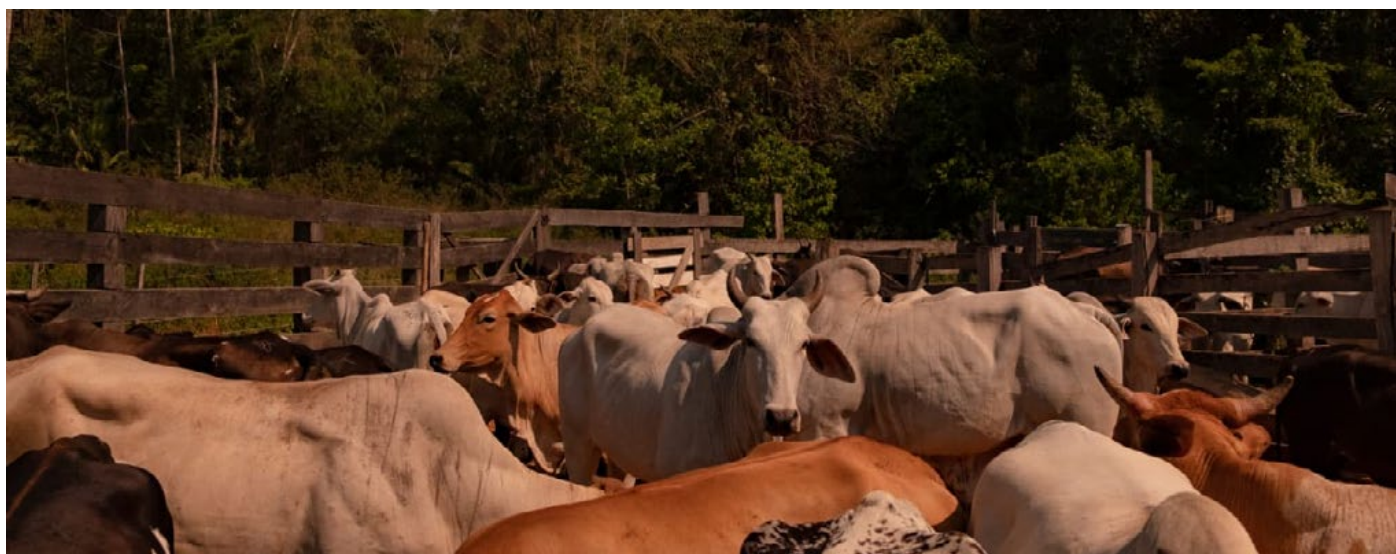


Foto: Alexandre Noronha/Varadouro



A CARTA DA TERRA E AS LUTAS DA AMAZÔNIA: 25 ANOS DE RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA

Sila Mesquita Apurinã e Adilson Vieira

Há 25 anos, em meio à virada do milênio e ao colapso anunciado da civilização industrial, nasceu a Carta da Terra, um chamado ético, político e espiritual por uma sociedade justa, solidária e ecológica. Mais que um documento, ela é um pacto entre os povos, elaborado a partir de um processo participativo global que desafiou o dogma do progresso capitalista. A Carta da Terra convidava à construção de um mundo baseado no respeito à vida, na justiça social, nos direitos da natureza e na responsabilidade compartilhada.

Mas nenhum desses princípios é abstrato. Na Amazônia, eles se tornam ação cotidiana, conflito direto e resistência territorial. Desde os tempos da colonização até os dias atuais, a floresta é vista como fronteira de exploração. Primeiro foi o ouro, depois a borracha, a madeira, a carne, a soja e agora os créditos de carbono. A violência se repete com novas máscaras, mas os povos da floresta seguem defendendo a vida, o território e a dignidade.

Foi nesse contexto que nasceu, em 1992, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), uma articulação de movimentos sociais, organizações populares, lideranças indígenas, quilombolas, extrativistas e ambientalistas que se uniram durante a ECO 92. Desde então, a Rede GTA se tornou uma das vozes mais firmes em defesa da

Amazônia e de seus povos, com uma trajetória marcada por resistência, formação política e construção de alternativas à destruição.

Quando a Carta da Terra foi lançada, em 2000, o GTA já era um corpo em movimento, e encontrou ali um espelho de seus próprios valores. A Rede passou a adotar os princípios da Carta como referência ética e educativa, integrando seus eixos na luta por justiça ambiental, soberania dos povos da floresta e fortalecimento da economia da sociobiodiversidade. A Carta da Terra virou ferramenta de base, material formativo, fundamento de propostas políticas e de práticas concretas de sustentabilidade.

A Carta afirma: “Devemos unir-nos para criar uma sociedade global sustentável, fundada no respeito à natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz.” Na Amazônia, isso significa: demarcar terras indígenas, proteger territórios quilombolas, frear o avanço do agro-negócio e da mineração, garantir o direito de existir às populações tradicionais. E isso o GTA tem feito, com coragem, há mais de três décadas.

As lutas de ontem não estão no passado. Elas persistem e se reinventam. A violência contra os defensores da floresta segue impune. O desmatamento avança com a cumplicidade de governos e o patrocínio

do capital transnacional. O discurso da transição ecológica é sequestrado por megaprojetos “verdes” que seguem expulsando comunidades em nome da energia “limpa”. A floresta continua em disputa, e o lado de cá da trincheira continua firme.

Hoje, celebrar os 25 anos da Carta da Terra é também reafirmar o papel de redes como o GTA na luta pela Amazônia viva. É lembrar que a verdadeira sustentabilidade é revolucionária, porque exige romper com o extrativismo, com o colonialismo e com o racismo ambiental. Não há floresta em pé sem justiça social. E não há justiça sem organização popular.

A Amazônia não é um espaço a ser salvo de fora. É território de reexistência, onde o futuro está sendo disputado agora, na ponta do machado, da caneta e da esperança. A Carta da Terra é bússola. O GTA é caminho trilhado. E os povos da floresta seguem ensinando ao mundo que resistir não é o contrário de viver, é a única forma de viver com dignidade.



Adilson Vieira – Membro do Circulo de Organização da Teia Carta da Terra Brasil. Membro da Coordenação de Articulação e Parcerias da Rede de Trabalho Amazônico – GTA.



Sila Mesquita Apurinã – Coordenadora Geral da Rede de Trabalho Amazônico – GTA.

CAATINGAS E CERRADOS

Altair Sales Barbosa

As caatingas penetravam por numerosos compartimentos interiores dos atuais planaltos intertropicais brasileiros, em áreas hoje dotadas de matas ou cerrados. Cerradões e cerrados, assim como tipos de vegetação a eles associados, tiveram amplas penetrações na Amazônia oriental e central, talvez se conectando com áreas similares, hoje reduzidas, do Roraimo-Guianense e dos llanos do Orinoco.

Somente o domínio do Cerrado, nos altiplanos centrais, resistiu parcialmente à expansão dos climas secos, cedendo espaço às caatingas nas depressões periféricas e interplanálticas (depressão entre os chapadões do Urucuiá e o planalto do centro de Goiás, áreas

deprimidas ao norte de Brasília e Anápolis, pediplano cuiabano, pediplano do Alto Araguaia, depressões monoclinais interchapadões).

Com isso, uma faixa intermediária de caatingas restou intercalada entre os remanescentes principais do Cerrado da área nuclear e a faixa sul e sul-oriental da Amazônia.

Ab'Saber acredita terem existido à época duas grandes áreas core de Cerrado. A primeira representada por um macroenclave no alto dos chapadões do Brasil Central. Esse macroenclave permanecia ilhado em Goiás e Mato Grosso, tendo por entorno uma complexa rede de paisagens no território brasileiro, onde ocorriam caatingas (norte, leste, oeste) e estepes

e prados (sul e sudeste); no entre-meu, apareciam raríssimos refúgios florestais do tipo orográfico.

A segunda área core de Cerrado teve grande presença nos tabuleiros e baixos chapadões amazônicos, convivendo com grandes manchas de matas de galerias e múltiplos enclaves de vegetação subxerófila, provavelmente caatingas.



Altair Sales Barbosa - Antropólogo, arqueólogo, conselheiro da *Revista Xapuri*, em *650 Gerações: O Brasil antes dos Europeus*, escrito em parceria com Sandro Dutra e Silva, Gráfica e Editora América, 1ª edição, 2024.





Foto: TaQuiPraTi

MISS AMNÉSIA, A UERJ E OS AVANÇOS DA PÁTRIA

José Bessa Freire

***"Seguiremos por onde a Pátria avança.
Cantemos duplamente satisfeitos
Vivendo nossa Pátria em miniatura".***

**João Lyra Filho.
Hino da UEG. 1971.**

O conto *Miss Amnesia* do escritor uruguaio Mário Benedetti é uma metáfora sobre o destino de quem perde a memória. Inicia com uma jovem desmemoriada sentada no banco de uma praça.

Ela esqueceu tudo: seu nome, não sabe onde mora e ignora seu passado. Dela se aproxima um homem cinquentão, cujo perfil lhe inspira confiança e que a convida gentilmente para acompanhá-lo até seu apartamento. Lá tenta estuprá-la. Ela resiste, consegue fugir e volta ao banco da mesma praça.

A cena final é patética. Horas depois, o mesmo homem a convida para acompanhá-lo. Desmemoriada, esquecida da agressão que aca-

bara de sofrer, ela confia e aceita. O conto sugere que as tentativas de estupro se repetirão, enquanto durar o esquecimento, num eterno retorno ao ciclo do engano e da violência. Por isso, não se deve anistiar torturadores e golpistas.

Torna-se, portanto, imprescindível lembrar por onde a Pátria avançava, para não correr os riscos da Miss Amnésia. Os arquivos confidenciais da UEG-UERJ, "incluindo a documentação sobre a aplicação do Decreto 477 e do AI-5", registram suas relações com o Poder.

Esses arquivos foram abertos por decisão do Conselho Universitário em maio de 1988, conforme ofício-circular do reitor Ivo Barbieri, que deu prazo de 48 horas para as Unidades enviarem tais documentos à Reitoria no caso de os terem sob sua guarda:

"Tal decisão implica a localização, identificação e avaliação dos arquivos existentes em cada Unidade, bem como o ordenamento, a classificação e a catalogação da

informação neles existentes, e todo um trabalho técnico prévio que possibilite o seu manuseio por parte dos pesquisadores interessados".

NOS PORÕES DO ENSINO

O acesso aos poucos documentos que apareceram permitiu a Fátima Malheiros, aluna do quarto período do Curso de Jornalismo da UERJ, fazer uma reportagem investigativa, em 1991, sobre a estreita relação da Universidade com a ditadura. Ela escreveu a matéria *Nos porões do ensino*, concorrendo com estudantes de todo o Brasil e ganhou, em 1991, o Prêmio *Jornalista do Futuro* realizado pela revista *Imprensa* criada em São Paulo pelo jornalista Sinval Leão, com o patrocínio da Editora Abril.

Sob orientação desse locutor que vos fala, então professor da Faculdade de Comunicação Social, Fátima soprou a brasa de alguns documentos da ARSI – a Assessoria Regional de Segurança e Informação e da ASI – Assessoria



de Segurança e Informação do MEC chefiada pelo coronel Walter Pinto de Moraes, que em ofícios exigia do reitor da UERJ informes sobre o acervo da biblioteca e sobre atividades políticas de alunos e professores.

O ofício da ASI de junho de 1978 xeretava a vida de Vivaldo Vieira Barbosa, que cursava doutorado em Harvard, mas havia presidido, entre 1964 e 1965, o Centro Acadêmico Luis Carpenter, da Faculdade de Direito da UERJ.

Em outro ofício, o mesmo coronel pedia a lista de professores da Universidade. A correspondência vinha sempre em papel timbrado, com carimbo de *confidencial*, *sigiloso*, *secreto* ou *reservado*. Quase todos os pedidos da repressão foram atendidos.

Eram comuns as ordens para a reitoria recolher livros da biblioteca considerados potencialmente subversivos, com a exigência de que fossem enviados à Divisão de Segurança e Informações do MEC.

A futura jornalista premiada, que destaca a repressão da Pátria grande, mas também a resistência universitária da mini pátria, concluiu:

– A existência desse arquivo na UERJ exumará velhos fantasmas, mas certamente revelará à sociedade

aspectos até aqui desconhecidos sobre as relações militares-Universidade.

O GALOPE DA PÁTRIA

A Pátria galopava celeremente pelo sendeiro da repressão. Em nome da dita “segurança nacional”, o governo do mal. Costa e Silva fechou o Congresso Nacional no final de 1968, baixou o Ato Institucional nº 5, que dava ao ditador e aos seus sucessores o poder de cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos, censurar a mídia, as editoras, as peças de teatro, a gravação de músicas e cometer uma série de arbitrariedades contra o direito de livre reunião e de livre associação.

No plano jurídico, a Emenda Constitucional de 1969 ampliava os poderes discricionários do ditador e estabelecia legalmente, para o caso da chamada “guerra subversiva”, a pena de morte, que já era aplicada ilegalmente em larga escala.

A ditadura empresarial militar instaurada no país através de um golpe endureceu a repressão, enquanto criava uma comissão para elaborar a reforma universitária, que deveria ter como objetivo a profissionalização, a educação técnica subordinada ao

mercado de trabalho e a preparação de mão de obra qualificada. Nada de Filosofia, Sociologia ou História.

Será negada autorização para funcionamento de universidade, cuja criação não corresponda às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional – determinava o art. 2º do Decreto-Lei nº 464 de 11 de fevereiro de 1969, assinado por Costa e Silva e pelo ministro da Educação Tarso Dutra, com base no AI-5 de dezembro de 1968, publicado no Boletim da UEG.

A UEG seguiu o galope e traçou o Plano Integrado de Desenvolvimento (PID) – considerado, na época, “um primor de trabalho na substância e na forma” pelo então coronel Otávio Costa, comandante do Forte Duque de Caxias.

Em mensagem enviada ao então secretário-geral da Universidade, Wilson Choeri, o coronel parabenizava:

– As premissas, os objetivos e o sentido estratégico do Plano colocam a UEG na vanguarda (...). Viva! E avante!

O Plano, que iria nortear a vida da Universidade, escorava-se geopoliticamente na denominada segurança nacional, destinada a proteger os sistemas de poder di-



Foto: Evandro Teixeira/ Divulgação



tatorial e não o território e o povo brasileiro. Um dos objetivos do PID era justamente o de levar a UEG a "participar do equacionamento de certos princípios normativos de segurança nacional".

A proposta de ligar a universidade ao mercado também recebeu aplausos no nº 34 do Boletim UEG – Publicação Oficial da Universidade do Estado da Guanabara. O casamento universidade & empresa foi amplamente incentivado pelo Governo Militar, que criou o projeto de Integração Escola-Empresa-Governo, permitindo que o reitor João Lyra Filho anunciasse, em 1971, a celebração de convênios para estágio remunerado em estabelecimentos comerciais e industriais.

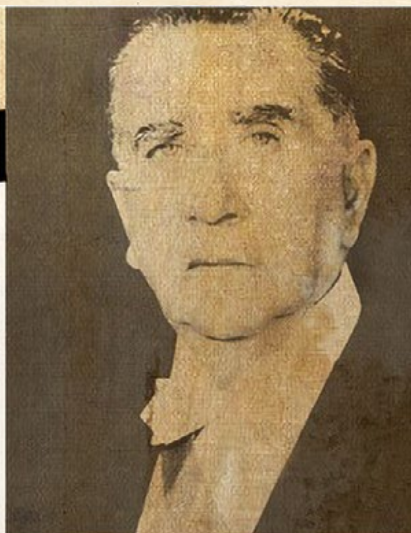
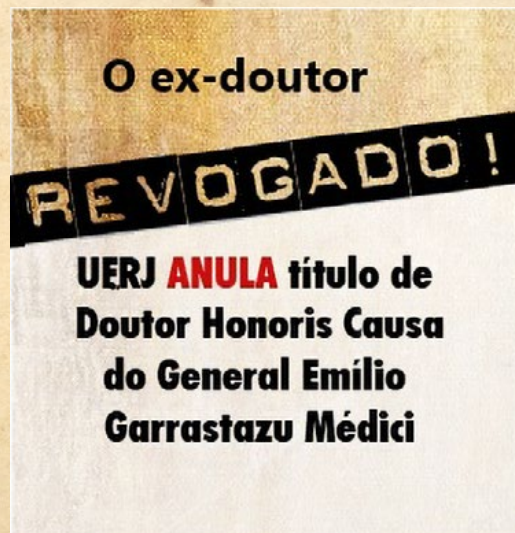
O boletim reproduziu matéria publicada na revista *Indústria e Produtividade* – órgão oficial da Confederação Nacional da Indústria intitulada *Estagiário Universitário nas Indústrias da GB*. No encontro com dirigentes de empresas, em 1968, o reitor da UEG já havia reivindicado, inclusive "a participação dos representantes das classes produtoras nos Conselhos Estaduais e Federal de Educação e até no Conselho Universitário, assessorando a elaboração de currículos e sugerindo a criação de novos cursos".

A cumplicidade e o colaboracionismo das autoridades universitárias com a ditadura refletiam bajulação e puxa-saquismo sem limites.

MÉDICI, O EX-DOUTOR

Foi assim que o general Emílio Garrastazu Médici, o ditador, recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* de várias universidades, entre elas a UEG, honraria aprovada por unanimidade, em 1974, pelo Conselho Universitário.

A mensagem justificativa do título elogiava sua "cultura humanística", seu amor pela seleção brasileira e o fato de ser ele "o torcedor nº1 do Brasil", além de garantir que "terá seu nome para sempre gravado no Livro de Tombo".



Política de boa vizinhança

As relações amistosas da antiga UEG com a ditadura

O trabalho vencedor de mais esta edição do Prêmio Jornalista do Futuro — realização da IMPRENSA com patrocínio da Editora Abril — é uma típica reportagem investigativa. Fátima Malheiros, quartanista do curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), recolheu dos arquivos da universidade documentos que provam a estreita relação da UERJ com o regime militar.

Além da reportagem de Fátima, chamaram a atenção do júri as matérias "Inferno Mineiro", de Carlos Eduardo Chereim, estudante do quinto período da Universidade Federal de Minas Gerais, denunciando os perigos a que estão expostos os trabalhadores da Mineração Morro Velho, no município de Nova Lima (MG); e "Vida e Morte", de Dercor Soares Meneses, das Faculdades Integradas Alcântara Machado, de São Paulo, relatando um caso de negligência médica.

Os estudantes de jornalismo de todo o Brasil que quiserem participar do Prêmio Jornalista do Futuro devem enviar à IMPRENSA



Nome: arquivos implacáveis

(Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.541 — 15º andar — Pinheiros — CEP 01451 — São Paulo/SP) uma reportagem escrita de até 100 linhas de 42 linhas. O tema é livre, mas deve-se evitar crônicas e artigos. O objetivo do prêmio é incentivar a prática da reportagem.

A matéria vencedora de cada mês é publicada em IMPRENSA. Em 1992, o júri reuniu os trabalhos selecionados e escolheu o grande vencedor de 1991, que terá direito a uma bolsa no valor de 30 salários mínimos para trabalhar na redação da revista. A seguir, a reportagem vencedora desta etapa.

Nos porões do ensino

por Fátima Malheiros

Durante a ditadura militar, enquanto os estudantes iam às ruas denunciar o regime se manifestar contra a privatização do ensino, os acordos MEC-Usaid e a estrutura social, política e econômica do país, um dos setores civis mais organizados da sociedade brasileira sofria e resistia ao sistema vigente: a universidade.

Aos anseios daqueles que queriam a liberdade, a resposta veio rápida: a repressão. Professores e alunos logo sentiram o peso do controle ideológico. Aparentemente e cassações era o que o regime oferecia a intelectuais e professores respeitados em suas respectivas áreas.

O estreito relacionamento entre militares e autoridades universitárias existia em muitas instituições. A troca de

ofícios e informações certamente eram comuns. Mas onde estão os documentos que provam isto?

Arquivo intocado — A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), possui um arquivo cujo acesso foi liberado pelo Conselho Universitário aos pesquisadores, mas continua intocável.

Note há diversos pedidos de informação sobre professores e alunos. O órgão responsável por coletar dados na época era a Assessoria de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (ASI-MEC). O chefe da ASI era o então coronel Walter Pinto de Moraes, que em diversos ofícios pediu ao reitor da Universidade informações a respeito de alunos. É o caso, por exemplo, do ofício confidencial número

2.228, datado de 22 de junho de 1978, onde o coronel pede informações sobre Vivaldo Vieira Barbosa, hoje deputado federal pelo PDT. O mesmo coronel, em ofício confidencial datado de 2 de janeiro de 1979, pede a relação dos professores da Universidade.

A Universidade sempre atendeu aos pedidos. No ofício número 7, de 14 de fevereiro de 1975, o sub-reitor para Assuntos do Ensino de Graduação, Fernando Sgarbi Lima, dirige-se ao sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, Wilson Choei. É uma resposta à Assessoria Regional de Segurança e Informações (Arsi). O documento é uma lista de diplomas reválidos. Nela é possível identificar Tito Bruno Bandeira Riff (processo número 2.618/79), atual secretário estadual de Agricultura, Abastecimento e Pesca do Rio de Janeiro, e o insuspeito Marcellio Marques Moreira (processo número 28/75), atual ministro da Economia.

Sempre em papel timbrado e com carimbo de confidencial, sigiloso, secreto ou reservado, os ofícios revelam as relações cordiais entre a Universidade e os órgãos de informação: as saudações finais são calorosas.

"Instinto de sobrevivência" — Outro exemplo de pedido é o do chefe da Arsi,

coronel Luiz Alberto de Freitas, que num ofício ao reitor pede para recolher e enviar os exemplares existentes na biblioteca da universidade do livro *Cem Anos de Suor e Sangue*, da Editora Vozes.

Em 1971, a Divisão de Segurança e Informações do MEC produziu um panfleto intitulado "Ação e Reação", assinado por um fictício MRP — Movimento Revolucionário de Participação. O panfleto, com erros grosseiros de português, conclamava os estudantes a "investir seus cruzados no mercado de capitais" e "defendê-los a qualquer custo".

Em circular confidencial número 14, o reitor João Lyra Filho encaminhava a cópia do panfleto aos diretores das faculdades com o objetivo de distribuir entre os alunos.

A existência desse arquivo na UERJ examina velhos fantasmas, mas certamente revelará à sociedade aspectos até aqui desconhecidos sobre as relações militares-Universidade.

Os títulos foram cassados recentemente na UFRJ, na UFPel e na UFES. Na UERJ, a Comissão da Verdade e Memória soprou a brasa, mostrou os podres do ditador e contribuiu para desdoutorá-lo, em maio de 2025, com o voto unânime do Conselho Universitário.

O parecer sustenta que Médici não preenchia os requisitos para receber a honraria, que "exige contribuição à causa da cultura ou da humanidade" e destaca suas responsabilidades no assassinato de 98 pessoas e de 180 casos de grave violação dos direitos humanos.

A condição de ex-doutor foi "gravada para sempre no Livro de Tombo", o que contribui para nos livrar de repetir a tragédia da Miss Amnésia, que agora não esqueceu a tentativa de estupro.

Quem canta hoje o hino da UEG? Ninguém. Mas há quem conheça o *Pátria Amada Idolatrada* de Geraldo Vandré em parceria com o Manduca Thiago de Mello. O sabia que gorjeava na palmeira da Pátria passou a cantar lá, no exílio.



José Bessa Freire. — Escritor. Indigenista. Conselheiro da Revista Xapuri. Publica, semanalmente, suas crônicas em seu blog:

<https://www.taquiprati.com.br/>

Outubro Rosa

é um lembrete de que se cuidar
é um gesto de amor e que a
prevenção pode salvar vidas

@biadelimaoficial



Foto: Pixabay/Divulgação



A CARTA DA TERRA E A SOBREVIVÊNCIA HUMANA NO PLANETA

Liszt Vieira e Pedro Ivo Batista

No ano em que será realizada a COP 30 no Brasil, também celebramos os 25 anos da Carta da Terra, esse documento ético que se tornou uma referência global para a sustentabilidade, a justiça e a paz. Criada a partir de um processo de diálogo mundial que se iniciou na Conferência Rio-92, a Carta da Terra é um código de ética planetário, um apelo à ação e um guia moral para indivíduos, comunidades e instituições em todo o mundo.

Seu lançamento oficial se deu em junho de 2000, na sede da UNESCO, em Paris. Fruto de um longo e participativo processo iniciado após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a Carta consolidou-se como um documento ético que propõe uma visão de mundo baseada na interdependência, na responsabilidade compartilhada e no respeito a toda forma de vida.

Sua relevância permanece atual diante dos desafios ambientais, sociais e políticos do século XXI. Ao longo desses 25 anos, a Carta foi traduzida para mais de 40 idiomas e adotada por milhares de organizações, incluindo a UNESCO, sendo usada como uma ferramenta para educação, desenvolvimento comunitário, e referência ética em diversos contextos globais.

A versão final do documento foi elaborada ao longo de um processo de consulta internacional que envolveu milhares de pessoas e organizações de todo o mundo, com

participação de representantes de diferentes culturas, religiões, organizações sociais e povos indígenas. O resultado foi um texto articulado em torno de quatro princípios fundamentais:

1. Respeitar e cuidar da comunidade da vida:

Reconhece a interconexão de todos os seres vivos e o valor intrínseco de cada forma de vida, independentemente de sua utilidade para os seres humanos. O compromisso é com a proteção da diversidade biológica e com o cuidado da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

2. Integridade ecológica:

Foca na proteção e restauração dos sistemas ecológicos da Terra, exigindo a adoção de padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas do planeta. Este pilar também promove o princípio da precaução, que exige a prevenção de danos ambientais, mesmo quando o conhecimento científico é limitado.

3. Justiça social e econômica:

Busca a erradicação da pobreza como um imperativo ético, social e ambiental. Defende a igualdade e a equidade de gênero e assegura que as atividades e instituições econômicas promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável, garantindo os direitos humanos

e as liberdades fundamentais para todos.

4. Democracia, não violência e paz:

Enfatiza a importância de fortalecer as instituições democráticas, de promover a participação inclusiva na tomada de decisões e de usar a colaboração para resolver conflitos. Este princípio defende a construção de uma cultura de paz e não violência, buscando a desmilitarização e a eliminação de armas de destruição em massa.

A Carta da Terra vem inspirando iniciativas em múltiplas escalas. No campo da educação, tornou-se instrumento pedagógico em escolas e universidades, integrando currículos e programas de formação docente. Em vários países, inclusive no Brasil, foi incorporada a projetos de educação ambiental formal e não formal, promovendo valores de cooperação, respeito à diversidade e cidadania planetária.

Na esfera política e institucional, governos locais e nacionais adotaram a Carta como base ética de suas políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável. Em 2005, a Universidade das Nações Unidas publicou materiais pedagógicos inspirados na Carta, e em 2010 foi criada a Iniciativa Carta da Terra +10, reforçando sua aplicação prática em políticas públicas e ações comunitárias.

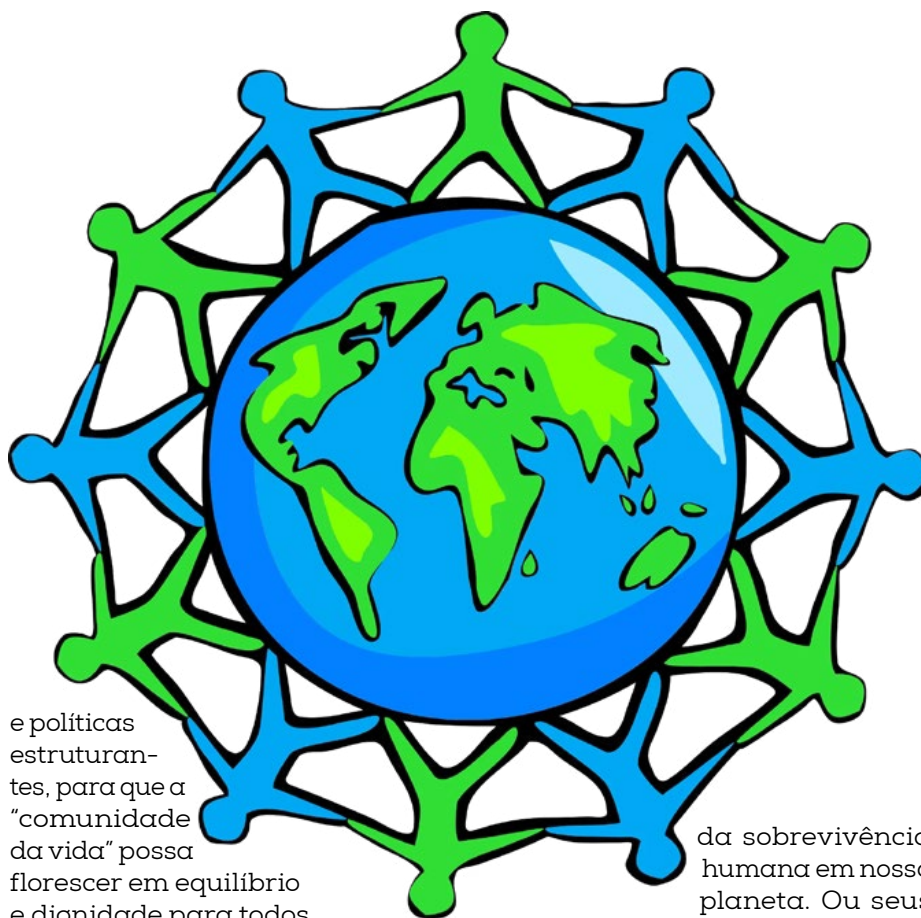


Entretanto, os desafios são inúmeros. Apesar de seu conteúdo visionário, a Carta da Terra enfrentou obstáculos para se consolidar como instrumento político efetivo em âmbito global. A ausência de caráter jurídico vinculante limita seu alcance institucional, e a ascensão de agendas políticas negacionistas ou de curto prazo em vários países dificultou a incorporação de seus princípios em políticas nacionais. Além disso, a crise climática, a perda acelerada da biodiversidade, os conflitos armados e o aumento das desigualdades sociais mostram que muitos dos ideais da Carta ainda estão longe de se realizar.

Por outro lado, o contexto atual de transição da hegemonia unilateral dos EUA para um mundo multipolar baseado na multilateralidade e os conflitos daí advindos reforçam a pertinência da mensagem da Carta da Terra. A interdependência planetária, destacada já no preâmbulo do documento, tornou-se evidente com a ameaça real das mudanças climáticas e da crescente instabilidade geopolítica. A Carta da Terra convida a humanidade a uma “mudança de mentalidade e de coração”, promovendo uma ética de cuidado e corresponsabilidade que transcende fronteiras nacionais.

No Brasil, país que teve papel relevante no processo da Rio-92, a Carta da Terra segue inspirando práticas locais de educação ambiental e movimentos socioambientais. Organizações da sociedade civil, escolas e universidades continuam promovendo debates e projetos baseados em seus valores, buscando construir comunidades mais justas, solidárias e sustentáveis.

Assim, os 25 anos da Carta da Terra devem ser comemorados como uma chamada renovada à ação global. Em tempos de urgências ambientais e sociais, sua mensagem ética permanece um guia potente para repensar o modelo civilizatório e promover uma cultura de paz, justiça e sustentabilidade. O desafio dos próximos anos será transformar seus princípios em práticas concretas



e políticas estruturantes, para que a “comunidade da vida” possa florescer em equilíbrio e dignidade para todos.

Diante de crises climáticas, a persistência de desigualdades sociais e econômicas, e conflitos globais, seus princípios ressoam como um chamado urgente para expandir a Consciência Planetária e a Ética do Cuidado. O documento continua a ser uma ferramenta essencial para a educação para o desenvolvimento sustentável, orientando a humanidade a fazer a escolha fundamental que está diante de nós: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar nossa própria destruição.

Estamos todos chegando perto do que foi chamado “limites planetários”, a partir dos quais fica ameaçada a sobrevivência da humanidade no planeta pela destruição da biodiversidade e dos recursos naturais, bem como pelos efeitos desastrosos dos eventos climáticos extremos causados pelas mudanças climáticas provocadas pela emissão de gases de efeito estufa, face ao uso dos combustíveis fósseis, e pelo desmatamento e destruição de florestas.

Assim, a Carta da Terra deve ser vista como um documento base

da sobrevivência humana em nosso planeta. Ou seus

princípios serão incorporados às políticas nacionais e internacionais, ou o ser humano correrá o risco de desaparecer da face da Terra.

Em seus 25 anos, a Carta da Terra permanece como uma refela consciência e transformá-la em ação, visando à sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural, com o objetivo de construir uma sociedade global justa, sustentável e pacífica, garantindo os direitos humanos, a proteção ambiental e o bem-estar das futuras gerações.



Liszt Vieira – Defensor Público e Sociólogo, foi professor universitário, deputado (PT-RJ) nos anos 1980, Presidente do Jardim Botânico do RJ,

Coordenador do Fórum Global da Conferência Rio-92 e Membro do Conselho Consultivo da Associação Alternativa Terrazul. Autor de diversos livros sobre democracia e meio ambiente.



Pedro Ivo Batista – Presidente da Associação Alternativa Terrazul, membro do Círculo de Organização da Teia Carta da Terra Brasil, Coordenador Nacional do FBOMS. Conselheiro do Conama e membro da Comissão Nacional dos ODS (CNODS).



ALTERNATIVA TERRAZUL E TEIA CARTA DA TERRA JUNTAS NA CONSTRUÇÃO DA CARTA DA TERRA

— Ana Laise Alves, Fernanda Rodrigues

Em seus 27 anos de vida, a Associação Alternativa Terrazul consolidou-se como uma das principais construtoras da Carta da Terra no Brasil. Sua atuação, marcada pelo diálogo entre ecologia, arte, espiritualidade, cidadania e comunidades sustentáveis, abriu caminhos para a criação de redes colaborativas e processos formativos que vêm transformando comunidades, escolas e instituições públicas em espaços de compromisso com a sustentabilidade e a justiça socioambiental.

Desde que conheceu os princípios e valores da Carta da Terra, apresentados por Leonardo Boff, a Terrazul introjetou esses compromissos em sua missão e em seus projetos e atividades ecológicas. Em seguida, tornou-se uma das organizações da sociedade civil brasileira filiadas à Carta da Terra Internacional.

No percurso, com várias outras parceiras, fundou o movimento Teia Carta da Terra, constituindo-se como o principal espaço coletivo de construção, soma de ações e troca de experiências inspiradas na Carta da Terra Internacional, articulando pessoas e instituições para enfrentar os desafios ambientais, sociais, políticos, econômicos e espirituais, a partir de uma ética planetária que reconhece a interdependência de toda vida.

Entre os resultados mais expressivos, destacam-se:

a) Festivais da Carta da Terra, que somaram mais de 114 mil visualizações em suas edições online, reunindo vozes diversas em torno da arte, da educação e da ação climática, comemorando os 20 anos da Carta da Terra;

b) Cursos de formação, com três edições realizadas, envolvendo mais de 500 estudantes de diferentes regiões do Brasil e mais de 3 mil inscri-

ções, num espaço de aprendizagem que conecta a Carta da Terra a biomas brasileiros e à ação climática;

c) Campanhas de mobilização, como a Carta-Compromisso, que reuniu 236 adesões entre gestores públicos do Legislativo e do Executivo em torno do princípio de “construir sociedades democráticas, participativas, justas, sustentáveis e pacíficas” da Carta da Terra;

d) A reedição da Carta da Terra em versões adulto e infantil, em parceria com a Alternativa Terrazul e o Senado Federal, ampliando o alcance educativo do documento para escolas, famílias e espaços comunitários;

e) E, na perspectiva de construir a Carta da Terra como política pública, destaca-se sua utilização como um texto nas Conferências Nacionais de Meio Ambiente, infantil e adulta, promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente e parceiros. Também, de igual importância é a utilização da Carta da Terra na Política Nacional de Educação Ambiental do Brasil e sua relação com a Agenda 21 brasileira, assim como com a Agenda 2030, e os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;

f) Outro destaque especial é a participação das Juventudes nesse processo, culminando com o Encontro Internacional Juventudes e Carta da Terra, para comemorar os 25 anos da Carta.

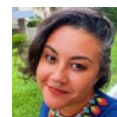
Essa construção de cidadania ativa levou à participação da Teia Carta da Terra Brasil no Comitê Assessor da Política Nacional de Educação Ambiental, coordenado pelo MMA e pelo MEC, bem como na participação no Conselho Nacional dos ODS (CNODS), coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil.

Neste ano dos 25 anos da Carta da Terra, o mundo todo comemora e reverencia esse importante documento de ética planetária, propondo que ele seja um dos principais documentos de referência para o Balanço Ético Global da COP30.

A Teia Carta da Terra Brasil, juntamente com a Associação Alternativa Terrazul, Associação Salva Terra, FBOMS e GTA e com o apoio da Prefeitura de Ananindeua-PA, realizam, nos dias 7 e 8 de novembro, um seminário internacional sobre a atualidade e sobre os desafios da Carta da Terra frente à Crise Climática e Ambiental, na Cidade de Ananindeua, no Pará. Nos encontraremos lá!



Ana Laise Alves – Integrante da Coordenação Nacional da Associação Alternativa Terrazul e Círculo de Organização da Teia Carta da Terra Brasil.



Fernanda Rodrigues – Integrante da Coordenação Nacional da Associação Alternativa Terrazul e Círculo de Organização da Teia Carta da Terra Brasil.



Carta
da
Terra
INTERNACIONAL®

Associação Alternativa
Terrazul



Foto: Divulgação

EDUCAÇÃO E CARTA DA TERRA EM CONFLUÊNCIA PARA O BEM-VIVER

Vera Margarida Lessa Catalão e Rosana Gonçalves da Silva

Diante da ameaça das mudanças climáticas e seus eventos extremos, da qualidade de vida humana sob ameaça, de um planeta degradado pela exploração letal dos ecossistemas, a consciência ecológica emerge como um novo fenômeno cultural que diz respeito à sobrevivência humana e de todas as comunidades de vida planetária.

Essa tomada de consciência dos riscos que rondam a humanidade gera uma cultura de agonia e de temor diante da incerteza sobre nossa sobrevivência na Terra.

Contraditoriamente ao avanço científico e à crescente expansão da sociedade de mercado, essa incerteza se impõe como advento do desencanto, do desespero e da impotência. Sabemos tanto e não temos

respostas apaziguadoras, posto que a mundialização da crise demanda uma pluralidade de respostas que sejam capazes de suturar os tecidos da biodiversidade ecológica e a diversidade cultural que sustentam a humanidade e o fenômeno da vida.

A educação como prática social de humanização e invenção de significados é convocada como mobilizadora para uma mudança de paradigmas e práticas culturais, ainda que, contraditoriamente, seja também reprodutora das práticas socioculturais instituídas.

Toda educação enquanto uma prática histórica carrega uma dupla missão: responder as demandas da sociedade em uma perspectiva reprodutora e, ao mesmo tempo, inserir no seu percurso as utopias

libertárias capazes de mover a humanidade para ultrapassagem de estruturas obsoletas e estagnadoras.

O possível colapso dos modos de produção e de organização social em um cenário de eventos climáticos extremos cada vez mais intensos e frequentes impõe-se também como um desafio para o campo de educação. Assim, a Educação Ambiental, desde seu nascedouro, é instada a ser agente de transformação de processos educativos pautados pela conservação de estruturas incapazes de responder às demandas de uma sociedade de risco socioambiental. Por isso a Educação Ambiental é necessária para ressignificar a experiência cotidiana movida pela utopia que acena na linha

do horizonte para outras possibilidades de realização humana.

A educação ambiental brasileira, especialmente a partir da Conferência Rio-92, vem agregando notável conteúdo político à sua práxis, reconhecendo-se como prática social inserida em uma ampla e complexa trama relacional, marcada por conflitos socioambientais e crise de valores.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global construído por organizações não governamentais no Fórum Global da Rio-92 considera que: "A educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica.

Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si uma relação de interdependência e diversidade.

Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário" (1992).

A Educação Ambiental que tem como um dos seus principais objetivos formar cidadãos com consciência local e planetária, demanda o compromisso ético como intencionalidade pedagógica para mobilizar o sentimento de pertença e de solidariedade dos seres humanos para com todas as formas de vida que compartilham a vida na Terra – Nossa Casa Comum.

Nessa confluência de sentidos, a Educação Ambiental encontra-se com a Carta da Terra como documento de inspiração ética e de grande potencial educativo integrador de uma variedade de fontes, como a ecologia, as tradições religiosas, a literatura sobre ética global, o conhecimento sobre meio ambiente e desenvolvimento, a experiência ancestral dos povos que vivem de maneira sustentada, além de inspirar-se nas declarações e nos tratados intergovernamentais e não governamentais relevantes.

Mais que um documento, a Carta da Terra é um movimento ético, estético e ecológico pelo qual o cuidado com a vida e todas as suas manifestações na Nossa Casa Comum é a essência. Nesse sentido, diversos segmentos da sociedade global e comunidades locais podem e devem se envolver no compromisso ético de compartilhar a responsabilidade de melhorar o mundo em que vivemos. O conhecimento vivencial da Carta da Terra abre-se a um campo de interações entre as pessoas, seus ambientes e seus territórios, interesses contraditórios e seus contextos histórico-sociais, interpelando pela criação de um ecossistema educativo centrado na solidariedade, nos valores, nas habilidades e nas atitudes para a ação cotidiana de cuidado e compromisso com a integridade de todas as comunidades de vida planetária.

A luta ecológica no século XXI, inspirada nas comunidades indígenas e tradicionais, estende suas fronteiras para a totalidade da vida terrestre, em uma visão ampliada de justiça e direitos, ao incluir a natureza como sujeito de direito. O novo paradigma que sustenta a causa ecológica propõe que a sociedade tome consciência de outras formas de realização que não impliquem o contínuo e ilimitado desenvolvimento das forças produtivas que ampliam as necessidades humanas ao sabor dos ditames do mercado.

O progresso material será inútil se não incorporar as dimensões éticas, estéticas, sociais, culturais e espirituais dos indivíduos, comunidades e sociedades. A simplicidade voluntária e o decrescimento econômico bebem na fonte do Bem-Viver.

A resposta da natureza pode ser hoje contabilizada pelo aumento notável de desastres ambientais que mostram de forma dramática a interrelação entre sociedade de consumo e mudanças climáticas devastadoras. A Gaia ferida revida e reclama por uma mudança radical de percurso para garantia da sustentabilidade da vida.

Esse cenário demanda uma sensibilidade e uma mudança de per-

cepção para compreender o sentido de integração dos seres humanos a toda a teia da vida. Toda crise traz em seu ventre o anúncio de um novo caminho. Uma outra compreensão da realidade deve estar vinculada à nossa consciência, aos nossos desejos, sentimentos, afetos, emoções, intuição, espiritualidade e criatividade.

A Carta da Terra explicita essa relação, ao tempo em que fortalece e dá relevância ao conhecimento produzido, porque se articula na interação e integração de um processo mutuamente educativo. A felicidade humana depende da percepção da vida como unidade e diversidade para que possamos compartilhar a vida com todas as formas de vida, possibilitando o desenvolvimento de nossas próprias capacidades, além da ampliação do cuidado consigo, com o outro e com o ambiente.

O sentido de pertencimento é alicerce e raiz dos processos pedagógicos que buscam reatar o ser humano com a natureza, inclusive a sua própria. Pertencemos a um mesmo planeta, ainda que diferentes, somos todos parentes.

A Educação Ambiental é convocada a sensibilizar e mobilizar pessoas e grupos para assumirem sua parcela de responsabilidade pessoal e coletiva diante da crise socioambiental presente, e a Carta da Terra fortalece a tomada de consciência e a compreensão profunda do sentido das nossas vidas incontornavelmente ligado ao destino da vida planetária.



Vera Margarida Lessa Catalão – Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII, com pós-doutorado na Universidade de São Paulo. Orientadora de pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília.



Rosana Gonçalves da Silva – Doutora em Educação e Ecologia Humana pela Universidade de Brasília, com Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação Arte e Cultura Visual – PPGACV da Faculdade de Artes Visuais – UFG.





A CARTA DA TERRA PARA UM FUTURO POSSÍVEL

Rose Marie Inojosa

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, gerada há mais de 75 anos, continua como um farol apontando para a evolução nas relações humanas. Houve inegáveis conquistas, mas o caminho a percorrer ainda é longo e anda cheio de retrocessos.

Há 25 anos veio a Carta da Terra, que é a declaração dos direitos da Vida, de todos os seres vivos, sinalizando o caminho do respeito e cuidado com a Vida no Planeta, incluindo a humana. São complementares.

Tanto a crise climática acelerada como retrocessos em direitos humanos que julgávamos conquistados mostram que não temos mais a oportunidade dos pequenos passos que levariam às grandes transformações. Desafios coletivos exigem mobilização e ação coletiva bem direcionada.

Logo no seu início, a Carta da Terra anuncia que a humanidade está em uma encruzilhada, uma escolha entre o caminho para o desastre climático total ou para a possibilidade de um outro futuro.

A Terra já passou por muitas mudanças climáticas. A Ciência tem nos esclarecido que não é o Planeta que está em risco, mas a teia da vida, sustentada pela biodiversidade e pela interdependência.

Essa teia, tal como a conhecemos, é que está em processo de extinção, gradual e sofrida para muitas espécies, inclusive a humana. E nós, seres humanos, é que temos sido, nos últimos dois séculos, o motor desse processo, que agora nos arreganha os dentes em desastres e tragédias cada vez mais frequentes.

Contudo, seguimos enredados em algumas apostas e ideias que se enraizaram na humanidade, como o modelo exploratório e desigual do capitalismo globalizado e a miragem, por ele alimentada. A miragem de uma prosperidade individual, de bem-estar que, como sempre, continua alcançando uma parcela ínfima da população humana e que despreza e usa os outros seres vivos para a satisfação dessa parcela.

Com esses valores se justificam guerras, o extrativismo violento que desertifica a Terra e mata espécies, o sofrimento humano e animal – tudo para garantir a continuidade do modelo e da miragem que lhe dá sustentação.

As tecnologias da comunicação e informação têm donos e estão a serviço desse modelo, alimentando a miragem no dia a dia, e protegendo os que dele se beneficiam.

Com a indústria da desinformação, atua fortemente para justificar

decisões e criar ilusões. Para essa indústria, as pessoas são apenas mais uma mercadoria, como analisa o sociólogo Zigmunt Bauman sobre a modernidade líquida.

“O momento crítico em que a humanidade deve escolher o seu futuro” para a Carta da Terra é, antes de tudo, uma definição ética.

Não basta nos dedicarmos a técnicas e movimentos que visem resolver problemas e situações específicas, é preciso ir à raiz, ou continuaremos buscando soluções dentro da mesma moldura que gera os problemas, num processo circular que nunca se torna uma espiral, sempre se fecha nele mesmo.

Nós nos perdemos do tempo da Terra, das estações, do processo de uma árvore da semente ao fruto, das nossas próprias etapas de desenvolvimento humano, que estão sendo literalmente queimadas pela rapidez e superficialidade que as tecnologias, a serviço do modelo, nos impõem. Com isso, diz o pedagogo Desmurget, existe uma fábrica de cretinos digitais.

Mas “o tempo comprimido é sintoma”, como afirma o jornalista Reynaldo Aragon Gonçalves, no seu Manifesto para um futuro possível. É preciso que reencontremos o tempo da Terra, e isso é parte dessa reflexão sobre os interesses



e a lógica que move a chamada civilização contemporânea, pois a recuperação do tempo não se fará sem atritos.

O desafio é ético, diz respeito aos valores que modelam o caminho atual, para o desastre, e aos valores que podem modelar um outro futuro.

E assim voltamos ao cerne da Carta da Terra: respeito e cuidado com a vida, a vida de todos os seres, de modo profundo e sistêmico.

A Carta da Terra é ousada. Ela enuncia uma nova ética e explícita, em seguida, como essa ética deve se transformar em ação, no processo de cuidado e de regeneração ecológica, na promoção de justiça econômica, social e ambiental, na defesa e no fortalecimento da democracia, na promoção da não

violência em diferentes escalas, inclusive com a desmilitarização dos sistemas de segurança nacional e a eliminação de armas nucleares, biológicas e tóxicas (<https://cartadaterrainternacional.org>).

Assim, a Carta da Terra modela a utopia de um futuro desenhado a muitas mãos, e nele cabem outras utopias irmãs, como o bem-viver. Toda utopia requer coragem e resiliência para acolher uma perspectiva contra hegemônica e mobilizar a necessária ação coletiva.

O físico Illya Prigogine, autor de "O fim das certezas", defende que o futuro é um dos possíveis futuros. Há certezas, poucas, e muitas incertezas. Para fazer opções individuais e coletivas é preciso aguentar a incerteza da aposta em alguma possibilidade

de transformação capaz de preservar a vida e preservá-la com dignidade para todos os seres vivos e para todos os humanos.



Rose Marie Inojosa - Integrante da Carta da Terra Internacional. Representa a Teia Carta da Terra Brasil no Comitê Assessor da Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil.

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. São Paulo: Zahar, 2007.

DESMURGET, M. *A fábrica de cretinos digitais*. Belo Horizonte (MG): Ed. Vestígio, 2021.

PRIGOGINE, I. *Carta para as futuras gerações*, publicada no jornal Folha de S. Paulo em 30 de janeiro de 2000.

GONÇALVES, R. A. *Manifesto para um futuro possível*. Outras Palavras, publicado em 12 de setembro de 2025.



Foto: Divulgação



CARTAS DA TERRA DAS JUVENTUDES

— Luisa Zetterström e Helena Falkenberg



Se 25 anos atrás milhares de pessoas ao redor de todo o mundo concluíam juntas um belo documento – a Carta da Terra – para firmar um pacto universal de responsabilidade com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações, hoje, as juventudes dessa nova geração fazem questão

de resgatar e tornar ainda mais ousado este compromisso.

Nas mãos de jovens brasileiros/as e de outros países do mundo, os princípios da Carta da Terra se tornam questionamentos incisivos sobre as estruturas sociais e o modo de vida hegemônico da atualidade, que é destrutivo e adoecedor.

Por que, verdadeiramente, alguns são pobres e outros são ricos? Quais os critérios para considerarmos algo como “riqueza”? Que tipo de subjetividade nossas escolas produzem? Qual o papel social da família e o que é comunidade? São alguns exemplos das reflexões que levantam.



O Seminário internacional de juventudes pela Carta da Terra foi um evento de dois dias – ocorrido no meio de setembro deste ano (em que se comemora os 25 anos deste documento ético-político) – com o objetivo de reescrever o documento, usando uma linguagem simples e de forma que retrate os valores e vivências que as juventudes de hoje carregam. Segundo Helena Falkenberg, Coordenadora Administrativa da Terrazul e Co-criadora do Seminário:

“O seminário foi a culminância de um grande experimento artístico-político coletivo. Nos propusemos a tentar conectar as realidades e os sonhos de jovens de diferentes cantos em um material lúdico e direto que seguisse a lógica da Carta da Terra original. Agrupamos, com cada um dos 16 princípios da Carta, as reivindicações das juventudes, as perguntas provocadoras, e ainda citações de grandes referências de luta nossas.”

Dessa maneira, o resultado desse movimento trouxe à vida não uma carta apenas – no sentido do documento convencional – mas um baralho de 16 cartas, pensado para traduzir, também no formato, a linguagem jovem. Organizadas em quatro pilares: I – Afeto e comunidade; II – Território; III – Resistência e justiça; e IV – Futuro e imaginação, cada um dos 16 princípios leva as pessoas a ativamente refletirem sobre nosso tempo, sua qualidade de vida, as estruturas de poder e a estimular a imaginação, colocando-se em outros corpos e em outros futuros.

Assim, tornando a Carta da Terra um material interativo, que se reinventa nas respostas de cada geração, o baralho jovem da Carta da Terra propõe que se crie a partir dela: uma ferramenta de criatividade, diálogo e reflexão crítica.

Em que você gasta o raro tempo de sua vida?

**“A VIDA NÃO É ÚTIL”
– Ailton Krenak**

As juventudes sonham em existir com dignidade, independente da

sua força de trabalho ou produtividade. Nós devemos ter o direito pleno, por simplesmente estarmos vivos, de comer, beber, morar, criar, dançar, amar... livres da ideologia da competência – como um sapo, uma mariposa ou um arbusto, que não precisam ter utilidade nenhuma pros seres humanos para terem suas vidas protegidas e contempladas.

Carta I.I: Afeto e comunidade

Cabe reforçar que, no processo de Cocriação das Cartas da Terra das juventudes, a Comissão Organizadora do Seminário – formada por representantes de cerca de 10 organizações brasileiras de juventudes – realizou conversas bilaterais com outras 10 organizações jovens do Brasil e de outros países.

Por meio de perguntas sobre o que é juventude, quais são os desafios territoriais dessa geração frente às mudanças climáticas e quais são os desejos de mudança de futuro, foi dada a base para a formulação e para o conteúdo das cartas.

Ainda, a metodologia foi inspirada nas Assembleias Cidadãs, uma tecnologia social promissora que – em contextos coletivos e de deliberação – parte do conhecimento coletivo como fonte de criação (no caso) para soluções às mudanças climáticas.

Dessa forma, as experiências jovens trocadas já nas bilaterais foram elaboradas para os dias de seminário: no primeiro dia, dando forma e simbolismo ao baralho com práticas de “ativismo” e, no segundo, sintetizando as conversas para todo os participantes e agregando mais perspectivas de ativistas jovens internacionais.

Apesar das individualidades de cada vivência, as juventudes trouxeram significativos pontos em comum como: o desejo pelo tempo, pelo trabalho digno e por uma educação crítica em prol da vida; o acesso à mobilidade, à moradia digna, à segurança alimentar e a uma economia circular que tem a vida como prioridade; o direito à água, ar e solo limpos; etc. Na base desses desejos,

a solidariedade, a justiça social, a diversidade, a responsabilidade ambiental, a participação popular, a transparência e a valorização da ancestralidade traçaram uma teia de valores coletivos.

Posto que cada nova geração traz consigo a potencialidade de transformações coletivas, na conjuntura atual, mais do que nunca, precisamos que a mudança venha no sentido de transformar nossas condições materiais de existência para superar a mercantilização da vida e dos bens naturais, bem como superar os modos destrutivos de produção atuais.

A confluência de lutas compartilhadas no processo de construção das Cartas da Terra das juventudes aponta que a continuidade do acordo firmado 25 anos atrás é necessária tanto quanto sua transformação em mobilização e ação coletiva. Segundo a educadora e Cocriadora do Seminário, Karen Calixto:

“Eu imagino estar em uma escola e o professor tirar do bolso as cartas e fazer uma dinâmica com os estudantes sobre isso [...] dentro da comunidade com as pessoas que sentem os impactos das mudanças climáticas, usá-las para tomar consciência sobre o que vivem e por quê.”

Em suma, desejamos que este material possa contar com o apreço e a disseminação de cada vez mais mentes e corações, da COP-30 em Belém – onde será distribuído oficialmente. Não como um documento estático e nem mesmo como um projeto finalizado, mas sim como uma ferramenta viva que instigue as pessoas a dialogarem, a articularem suas reivindicações comuns e paralelas, a expandirem suas capacidades de imaginação política e a irem à ação pela defesa intransigente da vida.



Luisa Zetterström - Articuladora das Jovens pela Carta da Terra.



Helena Falkenberg - Secretária Executiva da Associação Alternativa Terrazul e Integrante dos Jovens pelo Clima DF.

A INVENCÍVEL FLOTILHA DE DRAGÕES DO MAR

Gustavo Guerreiro

Sei muito bem que a Flotilha, sequestrada por Israel, cumpria uma missão humanitária cujo objetivo

maior era denunciar o genocídio em Gaza, sem buscar qualquer glória ou vitória. No entanto, me permito usar

a bravura desses ativistas como um instrumento para ampliar o coro pela libertação do povo palestino.



Foto: Gazafreedomflotilla/Instagram



Há memórias que não se apagam e que teimam em reaparecer. No litoral do Ceará, quase um século e meio atrás, um homem conhecido como Chico da Matilde, um prático-mor de nome comum, recusou-se a ser indiferente. À frente de seus jangadeiros, olhou para os navios negreiros e disse não. Fechou os portos na força da coragem, impedindo o transporte de seres humanos acorrentados.

Aquele homem, que a história batizou de Dragão do Mar, não tinha canhões, não tinha leis a seu favor; tinha apenas a convicção de que há ordens que não devem ser cumpridas e que a cumplicidade não pode ser aceita. Sua arma foi a jangada. Seu campo de batalha, o mar.

Hoje, em 2025, o espírito indomável do Dragão do Mar parece ter reencarnado em outras águas, sob outras bandeiras, a milhares de quilômetros do Mucuripe.

A “Global Sumud Flotilha”, com suas mais de 50 embarcações de 44 países, é a jangada do nosso tempo. E a carga que ela se recusa a aceitar não é a de escravos, mas a de uma cumplicidade silenciosa com a asfixia de um povo inteiro.

Os navios que ela desafia não são negreiros, mas modernos navios de guerra que impõem um bloqueio medieval à Faixa de Gaza. A lógica, no entanto, é a mesma: um ato de desobediência civil que usa o mar como campo de batalha para expor um massacre que em terra firme se tornou paisagem.

E, para que não pensemos que esta é uma história distante, uma abstração geopolítica, a realidade nos dá um soco no estômago: a bordo da Flotilha, entre médicos e jornalistas de todo o mundo, estavam 16 brasileiros. E entre eles, a deputada federal cearense Luiziane Lins.

Sim, uma parlamentar do mesmo Ceará do Dragão do Mar, sequestrada em águas internacionais, em plena missão humanitária, pelas forças armadas de Israel. A ironia histórica é de uma crueldade poética. A herdeira da terra que se libertou da escravidão quatro anos antes da Lei Áurea, tratada como criminosa por

levar comida e remédios a um gueto de famélicos, doentes e amputados.

O sequestro de uma representante eleita do povo brasileiro, junto com outros quinze cidadãos, não é um incidente diplomático menor. É uma afronta. É a demonstração cabal de que a lei do mais forte atropelou qualquer resquício de direito internacional marítimo.

A interceptação, fora das águas territoriais, é um ato de pirataria. E o silêncio ou a resposta protocolar do nosso Itamaraty seriam uma covardia imperdoável, uma traição à nossa própria história de resistência, encarnada na figura de Chico da Matilde.

A conexão entre os jangadeiros de 1881 e os ativistas de 2025 é a espinha dorsal de uma mesma luta pela dignidade. Ambos entenderam que o mar, esse espaço de trânsito e liberdade, pode ser transformado em uma fronteira de opressão ou em um caminho para a libertação. Dragão do Mar e seus companheiros usaram seu domínio do mar para sabotar a economia da escravidão.

A Flotilha usa a universalidade do mar para sabotar a política do cerco. Em ambos os casos, é a resistência não violenta que expõe a brutalidade do sistema que enfrenta. A força do jangadeiro não estava em afundar o navio negreiro, mas em impedi-lo de operar, em humilhá-lo moralmente.

A força da Flotilha não está em seu poder de fogo inexistente, mas em obrigar uma potência militar a cometer um ato de banditismo à luz do dia para impedir a chegada de leite em pó e medicamentos.

A Anistia Internacional, em seu relatório de ontem (01/10), foi precisa ao afirmar que Israel busca “deliberadamente matar de fome os palestinos”. Não há eufemismo que resista a essa acusação. A fome como política de Estado. O bloqueio não como medida de segurança, mas como um torniquete que se aperta lentamente sobre o pescoço de dois milhões de pessoas.

É diante dessa constatação que o ato da Flotilha adquire seu verda-

deiro significado. Não é apenas um gesto de caridade. É solidariedade e um ato de confronto político. É a recusa em aceitar a normalização de um crime contra a humanidade. É a encarnação do sumūd, a palavra árabe que significa resiliência, perseverança teimosa diante da opressão.

Vivemos, como já apontei aqui, a era da “infowar”, a guerra de narrativas. Imagino como os jornais da corte, em 1881, retrataram o Dragão do Mar. Provavelmente como um agitador, um subversivo, uma ameaça à ordem e à propriedade.

Hoje, a máquina de propaganda sionista, com seus porta-vozes fluentes em inglês e sua rede de robôs em mídias sociais, retrata os ativistas da Flotilha como cúmplices do terrorismo. A linguagem muda, o método é o mesmo: desumanizar o dissidente para invalidar a sua causa. Criminalizar a solidariedade para que a injustiça possa seguir seu curso sem mais testemunhas presenciais.

A Flotilha, com sua diversidade de participantes – de parlamentares a médicos, de jornalistas a cidadãos comuns –, representa o que resta de uma consciência cívica global. Eles sabem que sua carga é mais simbólica do que material; não são alguns quilos de arroz ou caixas de antibióticos que resolverão a crise, mas sim o ato de desafiar a normalização da injustiça.

É o gesto de navegar contra a corrente da indiferença, de afirmar que o direito internacional não pode ser uma carta de intenções a ser rasgada ao sabor das conveniências geopolíticas. Eles não tinham como sair derrotados: se chegassem a Gaza, seria um fato histórico. Não chegaram. E criou-se outro fato histórico.

A denúncia contra Israel é potente, mas a resposta, previsivelmente, foi a de sempre: acusar os ativistas de provocação e de servirem ao Hamas, um roteiro surrado que busca criminalizar a solidariedade.

E, enquanto isso, a diplomacia global patina na retórica vazia da “solução de dois Estados”, o que soa cada vez mais como uma piada de mau gosto diante da realidade dos

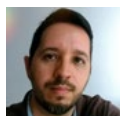
assentamentos que fatiam e devoraram o território palestino. Essa solução não é mais viável, e insistir nela é uma forma de convivência, um salvo-conduto para que o status quo de ocupação e apartheid se perpetue.

A presença de 16 brasileiros entre os sequestrados deve servir como um ponto de inflexão para a política externa do nosso país. Não basta uma nota de repúdio. O Brasil, em nome de sua própria história e em defesa de sua soberania e de seus cidadãos, tem o dever de liderar uma resposta mais contundente no cenário global. É hora de usar nosso prestígio no Sul Global e em fóruns como o BRICS para propor ações concretas.

Reitero minha proposta: a criação de um corredor humanitário permanente para Gaza, protegido por uma força-tarefa internacional, que não dependa do aval de Israel. E mais: o Brasil deveria iniciar um movimento para a aplicação de sanções a indivíduos e empresas diretamente cúmplices na manutenção do bloqueio. Se os canais tradicionais estão entupidos pela hipocrisia das grandes potências, precisamos criar novos canais de pressão.

A coragem dos navegantes da Flotilha não foi um ato isolado. Foi um grito do “não” do Dragão do Mar, que atravessou um oceano e mais de um século para se espalhar pelo Mediterrâneo e pelo mundo. Aquela jangada de outrora e estes barcos de agora nos ensinam que a neutralidade diante da opressão é sempre uma aliança com o opressor.

A história julgará o que fizemos e o que nos omitimos de fazer quando a consciência do mundo zarpuou em 50 barcos e nos convidou a embarcar. O Brasil, terra do Dragão do Mar, não pode, por vergonha e por dever, ficar no porto.



Gustavo Guerreiro –Membro da direção nacional do Cebrapaz e editor da *Revista Tensões Mundiais*. Matéria publicada originalmente no

Portal Vermelho: <https://vermelho.org.br/2025/10/03/a-invencivel-flotilha-de-dragoes-do-mar/>



Foto: Gazafreedomflotilla/Instagram

OS ESPERNEIOS DE UMA DIREITA DERROTADA

Emir Sader

Enquanto o novo presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, tomava posse, o governador de São Paulo visitava, pela primeira vez, Bolsonaro, depois da sua condenação. Afirmou que a situação dele é muito dura.

O cenário é o da derrota da direita, que passa à defensiva. Quando se deram conta de que a anistia é impossível constitucionalmente, passaram a se dividir entre os que mantêm essa reivindicação, apesar de tudo, e os que apelam para as possíveis leis que permitiriam diminuir as penas. Aceita-se a condenação de Bolsonaro.

Por outro lado, a direita também se resigna com a vitória de Lula para um quarto mandato. O próprio Tarcísio afirmou que vai concorrer à reeleição em São Paulo e não à Presidência da República. Dá-se conta do favoritismo de Lula e trata de evitar o pior cenário: ficar sem o governo de São Paulo e não conseguir a presidência da República.

Todos os eventuais pré-candidatos à presidência pela direita concentram seus olhares em 2030, depois do quarto mandato de Lula, quando acreditam que possam ter maiores possibilidades de ganhar.

Ele também se assusta com a possibilidade de o atual vice-presidente, Geraldo Alckmin, candidatar-se ao governo de São Paulo, que ele já governou, pelos



Foto: Reprodução/Redes sociais

tucanos, quatro vezes. Seria o candidato de Lula, que poderia dificultar o projeto de reeleição de Tarcísio.



Emir Sader - Sociólogo. Conselheiro da Revista Xapuri.

A CARTA DA TERRA E A TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA: ESTA É A HORA DE UTILIZAR PRINCÍPIOS ÉTICOS PARA TERMOS UM FUTURO (SAUDÁVEL)

— Artur de Souza Moret e José Reginaldo Inácio

A Transição Ecológica é um conceito abrangente visando mudanças profundas no modo de produção, de consumo, de organização social e cultural para implementar respeito aos limites ecológicos da Planeta. Assim, chama-se a Carta da Terra para ser o fio condutor para a Transição Ecológica, porque a Carta é base para a transformação local e global a partir de princípios éticos universais.

SÍNTESE DOS PRINCÍPIOS DA CARTA DA TERRA

A Carta da Terra é uma declaração ética global que é resultado de um processo participativo internacional (iniciado após a Rio-92) que propõe princípios fundamentais de vida.

Os pilares podem ser sintetizados por construir uma sociedade justa (erradicação da pobreza e promover a justiça social), sustentável (proteção da biodiversidade, equilibrando dimensões: econômicas, sociais, ambientais, espirituais e éticas), pacífica (promover o diálogo entre os povos e



Foto: T. R. Shankar Raman / Wikimedia



Foto: WOHA/ Divulgação

promover os Direitos Humanos para todas as pessoas Humanas, exercer a cultura de paz, a não violência, solidariedade global e a convivência harmônica) e solidária (equidade de gênero, raça, cor, credo e com respeito universal a espiritualidade como bem individual e coletivo).

É necessário encarar a Terra como um sistema vivo, único e com valor global para ser respeitado e cuidado e não apenas para ser explorado pelo capital (responsabilidade compartilhada entre indivíduos, comunidades, empresas e governos). Ou seja, podemos sintetizar a Carta da Terra como um sistema ético e um grito para termos um futuro para todos e todas e é recado ao mundo e para os (as) indivíduos para que exista um futuro.

A seguir (quadro abaixo) apresentam-se Autores e suas principais obras éticas sobre a Carta da Terra, que foi implementada num processo participativo e internacional após a Rio-92.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA: ADAPTAR-SE AO LIMITE ECOLÓGICO DO PLANETA

Podemos afirmar que a Transição Ecológica prescinde de alterações nas dinâmicas das sociedades, como mudanças sistêmicas e civilizatórias na produção, no consumo, na organização social e cultural. Hopkins destaca a *ecological transition* (transição ecológica), com foco em iniciativas locais, resiliência comunitária e redução da dependência de combustíveis fósseis.

Raskin destaca a *Great transition* (grande e forte transição), que são transformações ecológicas profundas. Bourg destaca que a transição ecológica não deve ser pautada apenas pelas técnicas, e sim fortemente pautada por questões éticas e sociais.

Além destes autores, há a Teoria da Modernização Ecológica, que é uma teoria adaptativa e que não foca na ruptura do capital, mas que a economia seja compatível com a

ecologia, pautando-se em inovações tecnológicas e sociais, regulação incluyente, instituições autônomas e não apenas baseadas no lucro.

VIVER BEM PARA TERMOS UM FUTURO

É nessa perspectiva de termos um futuro com e para os humanos e com vida ética que a Associação Civil Terrazul está desenvolvendo uma reflexão teórico-prática para juntar a Carta da Terra, ODS e a Transição Ecológica, de forma a promover iniciativas de projetos com inovação tecnológica e social, visando um futuro ético, inclusivo.

Assim, Terrazul sintetizou Viver Bem, que é um conjunto de tecnologias socioambientais, sustentáveis, autogestionáveis e replicáveis em comunidades urbanas e rurais, tradicionais Ribeirinhas, Quilombolas e Indígenas. Uma síntese de tecnologias que podem ser implementadas para chegarmos a um futuro,

sobretudo que seja saudável, passam por: água potável sem insumos químicos, como um exemplo a potabilização de água com luz ultra violeta, onde a frequência eletromagnética elimina os micro-organismos da água; Biodigestor de esterco de animais que produz biogás e biofertilizante, o metano substitui lenha e gás de cozinha, o biofertilizante é utilizado na agricultura sem uso de insumo químico; sistema solar fotovoltaico com conexão à rede (*on grid*) e sem conexão à rede com uso de baterias (*off grid*), que produzem autonomia elétrica e diminuem o custo das famílias, sobretudo produzindo eletricidade sem uso de fontes contaminantes; sistemas florestais biológicos, como exemplo o SAF, utilizado para recomposição de matas ciliares com frutas, oleaginosas e hortaliças para segurança alimentar, diminui assoreamento de cursos d'água e melhora a qualida-

de da água; resíduo zero e economia circular em áreas urbanas e rurais, tem como resultado a separação dos resíduos sólidos, menor quantidade desses resíduos, produção de biofertilizante e reutilização do lixo separado como insumos; saneamento básico com tratamento de efluentes e reúso de água, produzindo menor perdas de água; cidades resilientes para enfrentar as mudanças climáticas, ações para diminuição de desastres, enchentes, queimadas, calor e frio excessivos; preservar os saberes ancestrais, visando mudar a sociedade a partir dos saberes ancestrais; implantar e conservar pontos de culturas, visando valorizar a cultura e, sobretudo, usá-la para modificar eticamente a sociedade.

À GUIA DE CONCLUSÕES

Devemos somar todas as forças, globais e locais, para construir e

implementar um futuro para a sociedade tendo como referência a Carta da Terra e os dezoito (18) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, porque assim estaremos declarando responsabilidades: uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações.

Da mesma forma, as ferramentas devem basear-se: no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz.



Rondônia – UNIR.

Artur de Souza Moret –
Coordenação Nacional da
Associação Alternativa Ter-
razul e Docente da Funda-
ção Universidade Federal de



José Reginaldo Inácio –
Presidente da Confedera-
ção Nacional dos Trabalha-
dores na Indústria – CNTI.



Foto: Reprodução/ Site Technology Review



SOU UM O QUÊ?

Clarice Lispector

*E como nasci?
Por um quase.
Podia ser outra.
Podia ter nascido homem.
Felizmente nasci mulher.
E vaidosa.
Prefiro que saia
um bom retrato meu no jornal
do que os elogios.
Tenho várias caras.
Uma é quase bonita,
outra é quase feia.
Sou um o quê?
Um quase tudo.*



Clarice Lispector (In memorian) – Escritora, em *Correio Feminino*. Editora Rocco, 1977.

15 DE OUTUBRO
**DIA DO PROFESSOR
E DA PROFESSORA**

Concurso público
para professor é
**direito garantido
pela Constituição
Federal** (ART.206
Inciso V)



**DOCENTES UNIDOS PELA PAZ
E A DEMOCRACIA**

COM ELA, A ESCOLA TEM HISTÓRIA. COM CONCURSO, A ESCOLA TEM FUTURO.

Com o/a professor/a, a escola tem história. Com concurso público, a escola tem futuro. O direito à educação de qualidade, garantido pela Constituição, exige **profissionais estáveis e valorizados**. O **concurso público** é a ferramenta fundamental para garantir educadores(as) em todas as comunidades, assegurando a continuidade pedagógica. É o compromisso da nação com o conhecimento, com a **Justiça Social** e com um projeto de país que investe no seu povo.



XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEN COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **360**^{,00}
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **600**^{,00}
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

